



RELATÓRIO & CONTAS 2016

ÍNDICE

01 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE À ATIVIDADE E CONTAS DE 2016 DO BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCES SA.	3		
01 INTRODUÇÃO	4		
02 ENQUADRAMENTO	4		
2.1. Enquadramento macroeconómico internacional	4		
2.2. Enquadramento macroeconómico nacional	5		
2.3. Enquadramento setorial	6		
03 ATIVIDADE DESENVOLVIDA	7		
3.1. Crédito concedido	7		
3.2. Carteira de créditos	8		
3.3. Recursos e organização	8		
3.4. Desenvolvimentos e projetos	12		
3.5. Responsabilidade social e ambiental	13		
3.6. Qualidade	15		
3.7. Risco	16		
3.8. Balanço e conta de exploração	16		
3.9. Gestão dos riscos financeiros	18		
3.10. Gestão do capital e rácio de solvabilidade	22		
3.11. Modelo de governance	23		
04 PERSPETIVAS FUTURAS	24		
05 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25		
06 NOTAS FINAIS	25		
07 BIBLIOGRAFIA	26		
02 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27		
03 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32		
01 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33		
Nota 1 - Bases de apresentação das demonstrações financeiras e comparabilidade	33		
Nota 2 - Principais critérios valorimétricos utilizados	34		
Nota 3 - Informação requerida pela carta circular n.º 02/2014/ Dsp do Banco de Portugal	40		
Nota 4 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais	43		
Nota 5 - Disponibilidades em outras Instituições de crédito	43		
Nota 6 - Aplicações em instituições de crédito	44		
Nota 7 - Crédito a clientes	44		
Nota 8 - Provisões e imparidade	45		
Nota 9 - Ativos não correntes detidos para venda	46		
Nota 10 - Ativos tangíveis e intangíveis	47		
Nota 11 - Passivos por impostos correntes	49		
Nota 12 - Ativos por impostos diferidos	50		
Nota 13 - Outros ativos	51		
Nota 14 - Recursos de outras instituições de crédito	52		
Nota 15 - Recursos de clientes e outros empréstimos	53		
Nota 16 - Outros passivos subordinados	53		
Nota 17 - Outros passivos	54		
Nota 18 - Capital social, outras reservas e resultados transitados	55		
Nota 19 - Juros e rendimentos similares	56		
Nota 20 - Juros e encargos similares	56		
Nota 21 - Rendimentos de serviços e comissões	56		
Nota 22 - Encargos com serviços e comissões	57		
Nota 23 - Resultados de reavaliação cambial (líquido)	57		
Nota 24 - Resultados de alienação de outros ativos	58		
Nota 25 - Outros resultados de exploração	58		
Nota 26 - Custos com o pessoal	59		
Nota 27 - Gastos gerais administrativos	60		
Nota 28 - Compromissos extrapatrimoniais	61		
Nota 29 - Transações com partes relacionadas	62		
Nota 30 - Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros	63		
Nota 31 - Divulgação de informação requerida pela carta circular nº 2/2014 dsp do banco de portugal	65		
Nota 32 - Honorários do revisor oficial de contas	71		
Nota 33 - Divulgação de informação relativa ao ónus sobre ativos conforme instrução 28/2014 emitida pelo Bdp	71		
Nota 34 - Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	71		
Nota 35 - Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	74		
04 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	75		
05 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	81		

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



01 | INTRODUÇÃO

O presente Relatório, elaborado pelo Conselho de Administração do Banco BNP Paribas Personal Finance S.A. (adiante designado por Banco), visa efetuar o balanço da atividade de 2016, bem como proceder à apresentação das contas do Banco relativas ao mesmo período. Este documento apresenta o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da sociedade que atua comercialmente sob a marca Cetelem.

02 | ENQUADRAMENTO

2.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

Em 2016 assistiu-se a uma ligeira quebra do crescimento da atividade económica mundial. O modesto crescimento registado pelas economias avançadas foi ofuscado pela desaceleração verificada nos países emergentes e em desenvolvimento. Esta desaceleração é essencialmente justificada pela queda contínua no preço de *commodities* como o crude e Gás Natural, afetando essencialmente os países exportadores. Em sentido contrário, as economias avançadas registaram ligeiros crescimentos face a 2015 proporcionados pelo aumento da procura doméstica e pela melhoria das condições de crédito.

De salientar que, de acordo com o Banco de Portugal (adiante designado por BdP), o resultado que se verificou com o referendo britânico, onde a maioria votou pela saída da União Europeia, foi uma ligeira deterioração das perspetivas para a economia mundial, perante um aumento substancial da incerteza económica, política e institucional. Nos mercados financeiros, a volatilidade atingiu níveis muito elevados, dado o sentimento geral de maior aversão ao risco, suscitando assim um aumento da procura de ativos considerados mais seguros pelos investidores.

Em termos globais e de acordo com o World Economic Outlook emitido pelo Fundo Monetário Internacional em janeiro de 2017, o PIB na União Económica e Monetária em 2016 cresceu cerca de 1,7%. No entanto, este valor encontra-se abaixo do crescimento de 2,0% verificado em 2015. Para esta expansão contribuíram algumas das principais economias da Europa como a Alemanha (taxa de 1,7% em 2016 face a 1,5% em 2015) e a Itália (taxa de 0,9% em 2016 face a 0,7% em 2015). Países como a França e a Espanha mantiveram os mesmos valores de crescimento verificados em 2015.

Adicionalmente, é importante referir que se verificou, na zona euro, uma diminuição da taxa de desemprego em cerca de 0,7 p.p., comparando novembro de 2016 (9,8%) com o período homólogo de 2015 (10,5%).

No que concerne às principais economias do resto do Mundo, estas registaram *performances* inferiores ao observado no ano anterior, nomeadamente os Estados Unidos da América (1,6% vs. 2,6% em 2015), o Japão (0,9% vs. 1,2% em 2015) e a China (6,7% vs. 6,9% em 2015).

Para 2017 perspetiva-se uma estabilização do crescimento na maioria das economias.

	2012	2013	2014	2015	2016E	2017P
UE (28 Membros)	-0,4%	0,3%	1,6%	2,3%	1,9%	1,7%
UEM (19 Membros)	-0,9%	-0,3%	1,1%	2,0%	1,7%	1,5%
Portugal	-4,0%	-1,6%	0,9 %	1,5%	1,3%	1,3%
Alemanha	0,7%	0,6%	1,6%	1,5%	1,7%	1,4%
EUA	2,2%	1,7%	2,4%	2,6%	1,6%	2,2%
China	7,9%	7,8%	7,3%	6,9%	6,6%	6,2%
Japão	1,7%	1,4%	-0,0%	0,5%	0,5%	0,6%

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO PIB EM %

FONTE: FMI – WORLD ECONOMIC OUTLOOK – JANEIRO 2017

2.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO NACIONAL

O ano de 2016 ficou marcado pela mudança no paradigma político português. Nos índices de competitividade, Portugal caiu algumas posições relativamente a 2015, devido a fatores relacionados com a fiscalidade (taxas e impostos), a burocracia e a preocupação com a instabilidade política.

Saliente-se também que Portugal conseguiu manter o acesso aos mercados de dívida internacionais, permitindo assim começar a reembolsar os empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, onde, em novembro último, foram dadas ordens pelo Governo para que fossem reembolsadas mais duas tranches no valor de 2 mil milhões de euros, de forma a aliviar a pressão sobre necessidades de financiamento futuras e a reduzir a despesa em juros. É importante referir que este programa teve um impacto profundo na sociedade portuguesa, em particular através da redução acentuada do rendimento disponível das famílias, justificado quer pelo aumento da carga fiscal, quer pela redução ou suspensão de alguns apoios sociais.

No gráfico seguinte apresentamos a evolução das *yields* da dívida pública portuguesa a 5 e a 10 anos, onde podemos verificar a quebra que existiu desde finais de 2013 e que se acentuou com o fim do Programa de Assistência em maio de 2014. Em março de 2015, as taxas implícitas de dívida portuguesa atingiram mínimos históricos, poucos meses depois do Banco Central Europeu (BCE) ter anunciado um plano de compra de dívida através da aquisição de obrigações do tesouro de diversos países da zona euro. Ainda assim, os investidores sinalizam Portugal como um dos países mais sensíveis à turbulência dos mercados, pelo que as taxas de juro da dívida soberana portuguesa sofreram alguma pressão durante o ano de 2016, levando a uma subida generalizada das *yields*.



GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DAS YIELDS DA DÍVIDA PÚBLICA PORTUGUESA FONTE: REUTERS

Em 2016 a atividade económica voltou a apresentar um crescimento moderado, com ênfase para os últimos meses do ano. Segundo dados do Banco de Portugal, o consumo privado contribuiu para esta tendência com um crescimento médio de 2,1% no último trimestre do ano. Relativamente à balança comercial continuou-se a assistir a uma melhoria do saldo uma vez que Portugal continua a exportar mais do que importa.

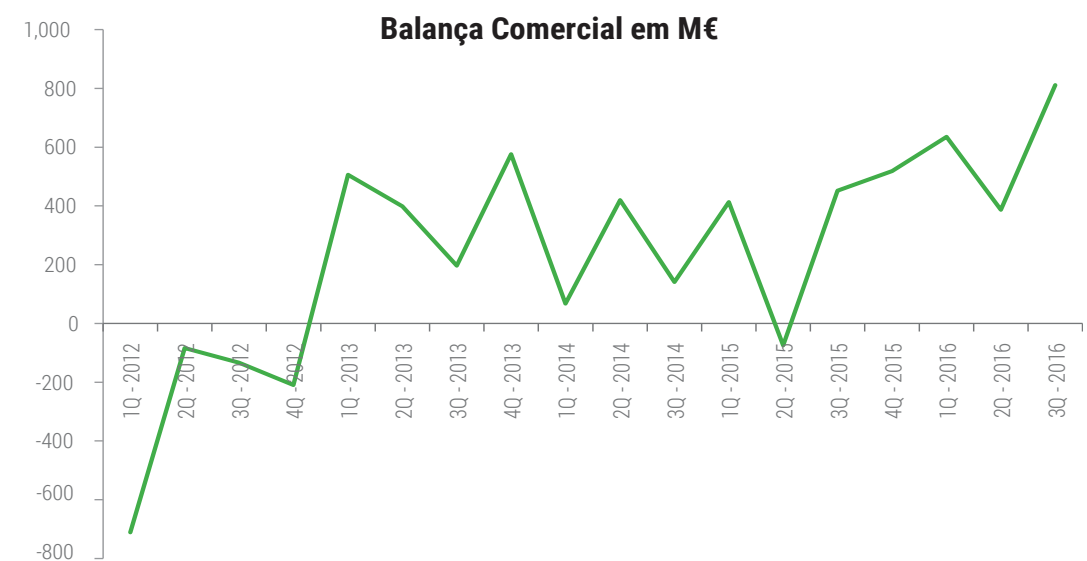


GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL PORTUGUESA FONTE: INE

É esta conjuntura de melhoria dos indicadores económicos que permite a Portugal apresentar um crescimento moderado do PIB estimado em 1,3%, ainda que menor que os 1,5% registados no ano anterior.

PORTUGAL	2012	2013	2014	2015	2016E	2017P
PIB	-4,0%	-1,6%	0,9%	1,5%	1,3%	1,3%
Procura Interna	-7,3%	-2,0%	2,2%	2,5%	1,4%	1,1%
Exportações	-2,9%	12,1%	5,4%	6,3%	2,9%	2,8%
Importações	-12,0%	7,2%	8,4%	7,9%	3,0%	3,3%
Inflação	2,8%	0,4%	-0,2%	0,5%	0,7%	1,1%
Desemprego	15,5%	16,2%	13,9%	12,4%	11,2%	10,7%
Défice	-5,7%	-4,8%	-7,2%	-4,4%	-2,5%	-2,1%
Peso da dívida	126,2%	129,0%	130,2%	129,0%	128,4%	128,2%

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS ECONÓMICOS DE PORTUGAL

FONTES: FMI E OCDE (PROCURA INTERNA)

Em 2016 manteve-se o decréscimo da taxa de desemprego mensal, alcançando valores inferiores aos registados antes do início da intervenção da troika em Portugal. Em termos anuais, a taxa de desemprego fixou-se nos 11,2% face a 12,4% registados em 2015.

Adicionalmente, é importante referir que, apesar desta quebra, a redução no desemprego jovem (faixa etária entre os 15 e os 24 anos de idade) foi pouco significativa, mantendo-se o valor previsto na ordem dos 26,4%, quando em 2015 este valor registava 30,3%.

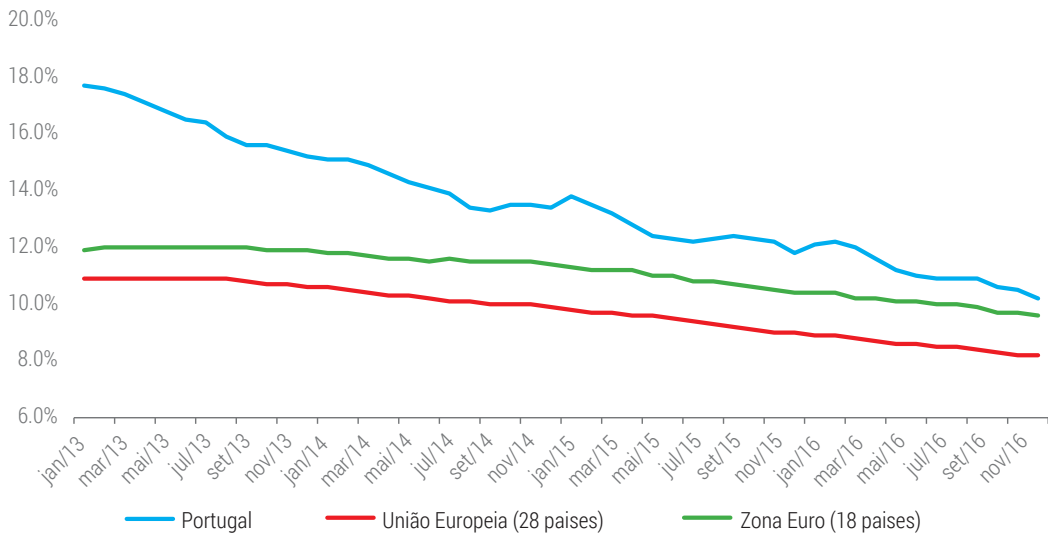


GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO MENSAL DA TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL FONTE: EUROSTAT

No que concerne ao défice orçamental de Portugal em percentagem do PIB, estima-se que fique por volta dos 2,5%, valor este que sofreu do efeito negativo da redução do IVA na restauração e da devolução de cortes salariais para os funcionários do Estado.

2.3. ENQUADRAMENTO SETORIAL

A carteira de empréstimos de instituições de crédito a particulares cresceu em 2016, terminando o ano com mais 6% face ao ano anterior. Saliente-se que o recurso ao crédito junto dos bancos destina-se maioritariamente ao financiamento da compra de habitação, representando este cerca de 81% do total do crédito concedido a particulares.

No que concerne às entidades de crédito especializado e de acordo com os dados fornecidos pela Associação de Instituições de Crédito Especializado (adiante designado por ASFAC), o montante de novos créditos ao consumo concedidos pela globalidade das associadas cresceu significativamente em 2016, cerca de 29,3% face ao ano anterior, mantendo a tendência do ano transato.

Neste contexto, o sector Automóvel, incluindo a atividade de *Leasing* e *ALD*, apresentou um crescimento de 4%, a atividade do Retalho verificou um crescimento de 13% e a atividade de crédito pessoal assistiu a um aumento de cerca de 30% face a 2015.

Em termos consolidados (Bancos, SFAC's e IFIC's), o mercado do crédito ao consumo cresceu cerca de 6% em 2016, atingindo um valor total estimado de cerca de 16,4 mil milhões de euros. Com base nestes dados, verificou-se que a quota de mercado do Banco BNP Paribas Personal Finance, em 2016, se situou em torno dos 9,0%.

03 | ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. (Banco), opera sob a marca comercial Cetelem, sendo a sua atividade focada na concessão de crédito especializado, atuando no mercado através de acordos de parceria com estabelecimentos comerciais e através de crédito comercializado diretamente a particulares.

No ano de 2016, não foram concedidos créditos a membros dos órgãos sociais nem concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores. Também não foram adquiridas ou alienadas ações próprias.

3.1.CRÉDITO CONCEDIDO

O volume de novos créditos totalizou, em 2016, cerca de 1 171 milhões de euros, num total de 343 mil novos contratos, dos quais cerca de 561 milhões de euros são referentes a crédito clássico – equipamento do lar, automóvel e empréstimo pessoal – e os restantes 610 milhões de euros referentes a cartões de crédito e linhas de crédito.

Cerca de 37% da produção foi realizada através da rede de parceiros do sector do retalho – lojas de eletrodomésticos e móveis – cerca de 23% foi realizada através da rede de parceiros do sector automóvel e moto – marcas, agentes e *stands* multimarca – e os restantes 40% foram concedidos diretamente aos clientes.

Milhares de Euros	Total 2016	Δ 16/15
Retalho	428 763	24%
Automóvel	271 475	27%
Empréstimo pessoal	470 736	68%
Produção total	1 170 974	39%
Clássico	560 867	26%
Cartões e linhas de crédito	610 107	55%

TABELA 3 – DETALHE POR SECTOR DA PRODUÇÃO ANUAL

Sector do Retalho

A atividade de equipamentos para o lar e bens pessoais registou um aumento do volume de crédito concedido de 24% face ao ano anterior, superando o crescimento global do sector, que se situou nos 13% face a 2015 (dados ASFAC).

Sector Automóvel

O mercado automóvel cresceu 16% nas matrículas de veículos ligeiros em 2016, segundo os dados da ACAP. Esta evolução do mercado automóvel justifica-se com a melhoria das expectativas dos consumidores. A concessão de crédito automóvel pelo Banco superou em larga escala a tendência de crescimento do mercado, aumentando cerca de 27%.

No que respeita ao mercado de motos, assistimos igualmente a um aumento de cerca de 25% no total das matrículas face a 2015. De realçar que 84% das matrículas referem-se a motociclos de 125 centímetros cúbicos de cilindrada, em virtude das alterações legais implementadas no final de 2009 e que passam pela alteração das habilitações necessárias para a condução destas motos.

Sector do crédito pessoal

A atividade de crédito pessoal do Banco registou um aumento de cerca de 68% face ao ano transato. Este desempenho superou o forte crescimento do mercado que, em 2015, cresceu 34,3% (dados ASFAC).

3.2. CARTEIRA DE CRÉDITOS

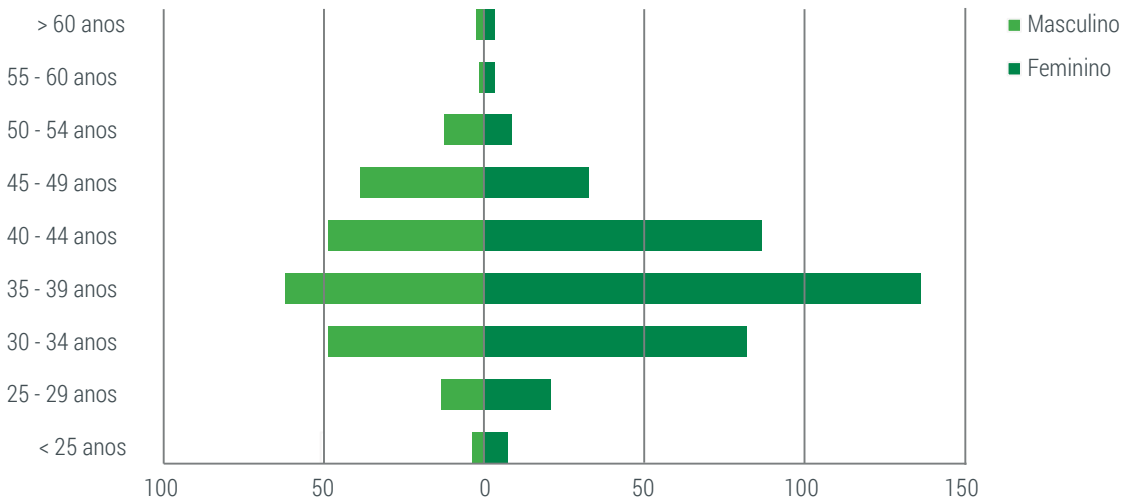
A carteira de créditos geridos totalizava, no final do ano, 1.489 milhões de euros repartidos por cerca de 951 mil contratos.

Euros	Total 2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)	Δ 16/15
Parceiros	20 624 921	25 406 018	22 385 152	-19%
Particulares e empresas				
- Crédito retalho	79 416 494	65 967 078	53 896 380	20%
- Crédito direto	403 248 884	322 270 366	265 984 813	25%
- Crédito automóvel	483 687 826	371 541 683	309 171 021	30%
- Locação financeira	102 054 165	105 396 669	105 233 816	-3%
- Conta permanente	397 302 618	338 439 316	306 845 429	17%
- Outros	2 186 790	4 166 454	7 419 315	-48%
TOTAL	1 488 521 697	1 233 187 585	1 070 935 925	21%

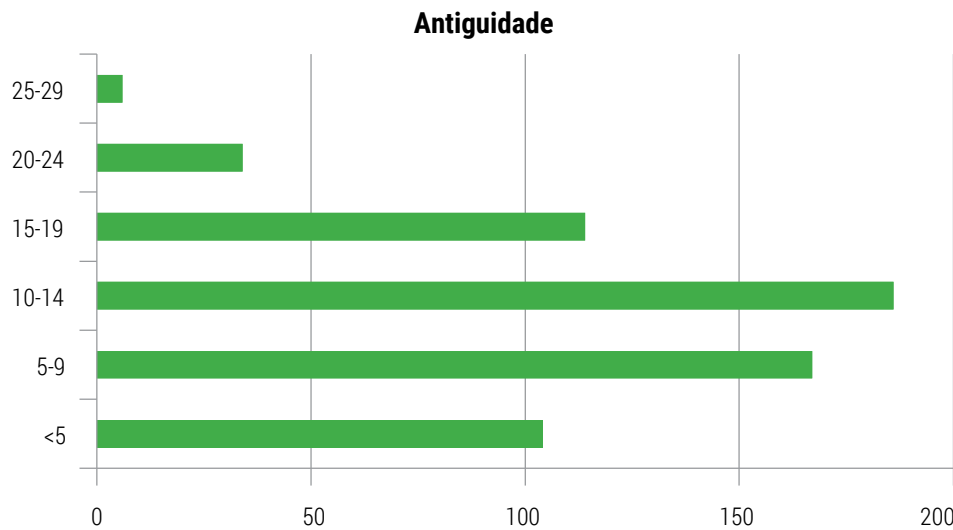
Da análise da estrutura da carteira, decorre que o crédito direto, automóvel e conta permanente são os que apresentam o maior peso relativo na carteira de créditos geridos a final de 2016, representando cerca de 86% do total dos créditos em curso. Este fator resulta, essencialmente, de uma duração média mais longa que caracteriza este tipo de créditos.

3.3. RECURSOS E ORGANIZAÇÃO

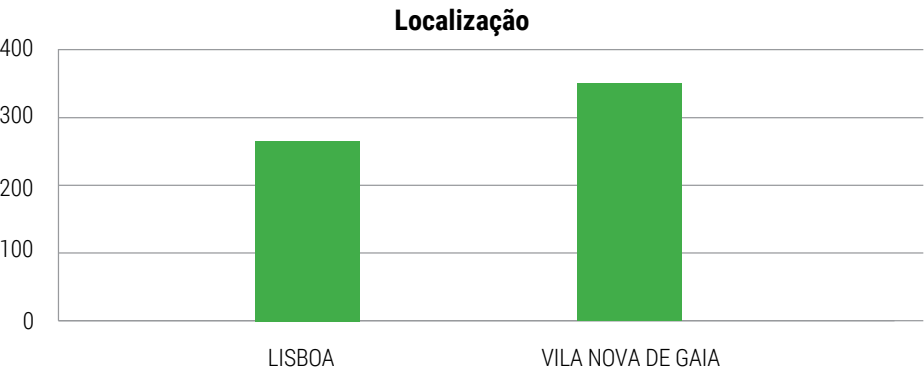
A 31 de dezembro de 2016 o quadro de efetivos do Banco era constituído por 611 colaboradores, mantendo-se a sua repartição por sexo (62% de mulheres e 38% de homens) e idade média de 39 anos.



Mantendo-se a estratégia de Recursos Humanos centrada numa Política de Compensações e Benefícios eficiente e numa maior aposta na Política de Mobilidades Internas, que potenciam a retenção e o desenvolvimento de competências dos colaboradores do Banco, o turnover mantém-se estável nos 4%, assim como a antiguidade média de 10 anos.



No que se refere à distribuição geográfica de colaboradores, o Banco mantém a sua política de concentração de estruturas de suporte em Lisboa e operacionais em Gaia, repartindo-se de acordo com o gráfico que se segue:



Valores BNP Paribas Way

Em 2015, o BNP Paribas criou uma comunidade, constituída por 500 *Top Executives*, designada “Liderar para a Mudança” para apoiar o Grupo no seu processo de transformação e aproveitar ao máximo as mudanças de contexto que se verificam.

Paralelamente e adotando uma abordagem colaborativa para repensar os valores, convidaram-se todos os colaboradores do Grupo a responder a nove perguntas de um *quiz* designado BNP Paribas *Spirit – Let’s Design Tomorrow*. Esta iniciativa deu a cada um a oportunidade de se expressar e, consequentemente, contribuir para redefinir os fundamentos da cultura corporativa.

O material daqui resultante deu origem, em 2016, aos BNP Paribas *Way*, ou seja, aos novos valores que levarão o BNP Paribas a ir mais além.

Dado o mote, foi desenvolvido um plano de ação adaptado a cada uma das entidades para dar a conhecer e, acima de tudo, fazer viver estes novos e reconhecidos valores por todos!

No Banco, deu-se início a esta grande viagem com excelentes ações de vivência e reconhecimento dos valores do grupo, assentes nas motivações e forças existentes.



Política de compensações e benefícios

Anualmente e de acordo com as práticas do mercado e resultados do questionário interno de auscultação do clima social (*Global People Survey* BNP Paribas), a Política de Compensações e Benefícios é ajustada, tendo como principal objetivo promover, recompensar e responsabilizar os colaboradores pelos resultados e objetivos definidos.

Assim, em 2016, a Política de Compensações e Benefícios do Banco mantém o respeito pelo princípio de um modelo competitivo face à realidade do mercado, mas também por um grande trabalho de equidade interna, mantendo sempre subjacente o princípio da credibilidade, transparência e mérito individual.

Manteve-se o foco na abertura e disponibilidade junto dos colaboradores do Banco, sobre o tema da Política de Compensações e Benefícios, com as habituais sessões de trabalho em torno do *Global People Survey* e a reedição do Balanço Social Individual - um documento personalizado, destinado a todos os colaboradores, que agrupa para cada um deles as informações relativas à sua remuneração e regalias sociais do ano.

Enquadrado nos objetivos de responsabilidade social para com os colaboradores, o Banco deu continuidade às habituais atividades físicas e de voluntariado, tendo também este ano adotado a flexibilidade dos horários de trabalho, de forma a, cada vez mais, dar resposta às necessidades de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos colaboradores.

Gestão de carreiras e talentos

O Banco iniciou em 2012 uma medida de acompanhamento dos colaboradores no que concerne ao seu desenvolvimento e definição de planos de carreira: realização de entrevistas de carreira a todos os colaboradores a cada 3 anos. O objetivo é apoiar os colaboradores na identificação dos seus pontos fortes, áreas de desenvolvimento e a criarem os seus percursos de carreira mediante as oportunidades que decorrem do crescimento da empresa.

Em 2016 implementou-se o *My Career*, o que permitiu a digitalização do processo, facilitando a consulta e partilha de informação com os *Managers* e suporte à tomada de decisão por parte dos RH.

Para complementar este acompanhamento são realizadas anualmente *People Reviews* com todos os *Managers*. Este processo permite analisar o posicionamento, competências e ambição dos colaboradores, de modo estruturado e padronizado, apoiando a tomada de decisão no que concerne à definição de percursos de carreira, mobilidades, identificação de talentos, elaboração de planos de sucessão e planeamento das necessidades organizacionais. Este processo foi também digitalizado em 2016 facilitando o preenchimento e consulta da informação, quer por parte dos *Managers* quer dos HR.

Em 2016 foi lançado o *Job Guide*, um guia disponível na intranet onde é possível encontrar informação sobre a estrutura da empresa, as várias funções existentes, bem como conhecer as principais responsabilidades inerentes a cada função, apoiando os colaboradores na construção do seu percurso de carreira.

No âmbito da gestão de carreiras são ainda geridos os Programas de Talento: *Leaders For Tomorrow* (identificação de potencial ao nível do Grupo), tendo em 2016 sido realizados 4 processos de *Executive Coaching* para os níveis *Advanced* e *Top*.

Para o nível *Emerging* (incluindo Viveiros – programa de identificação de potencial local) foram desenvolvidos dois programas, um de Liderança e outro de Inovação:

LEADERSHIP TOURS

O *Leadership Tours* foi desenvolvido especificamente para os colaboradores que exercem funções técnicas e operacionais, dando-lhes a conhecer as principais responsabilidades e papel de um líder.



A Inovação Estratégica consiste no desenvolvimento de ferramentas que permitam apoiar na resolução de problemas através de soluções criativas, tendo existido um concurso de ideias e sido premiadas e implementadas as melhores ideias.

Mobilidades | Recrutamento e seleção

O investimento na mobilidade funcional e inter-companhias tem sido um marco no crescimento e promoção da carreira dos colaboradores, quer a nível do Grupo Personal Finance, quer no Grupo BNP Paribas, existindo políticas definidas a nível de grupo para o efeito. Neste âmbito, foram realizadas várias iniciativas com o objetivo de dar a conhecer a atividade de cada entidade e as suas oportunidades de carreira:

Em fevereiro, com a realização de *Mobility Breakfast* destinado a colaboradores que se encontram em mobilidade, contando com a participação de representantes das várias entidades que ajudam a esclarecer questões acerca da atividade de cada entidade.

Em maio, com a realização dos *Mobility Days*, em Lisboa e no Porto. É uma iniciativa que conta com a participação de representantes das várias entidades do Grupo e em que todos os colaboradores são convidados a participar.

Em 2016 ocorreram 74 mobilidades, das quais 6 geográficas, 7 para o Grupo e 2 do Grupo para o Banco. As mobilidades foram realizadas com base na informação das entrevistas de carreira e recorrendo a processos de recrutamento interno.

Foram também divulgados 36 anúncios externos. O recurso a recrutamentos externos pretende satisfazer necessidades de crescimento através da integração de perfis diferenciados que não existem na empresa.

Realizaram-se ainda 14 estágios profissionais, tendo sido integrados na empresa 7 desses estagiários.

Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho é uma pedra basilar na política de RH do Banco, enraizada nos valores do Grupo BNP Paribas e que contribui para o alcance das exigências atuais e futuras do negócio, mediante a avaliação do desempenho atual e o desenvolvimento dos recursos humanos.

É uma medida-chave da relação entre o Banco e os seus colaboradores, sendo um dos principais objetivos da avaliação de desempenho proporcionar a responsáveis e colaboradores a oportunidade de disporem de um momento de partilha privilegiado e analisarem em profundidade aspetos relevantes para a função e para o crescimento dos colaboradores.

A avaliação de desempenho tem carácter obrigatório, sendo realizada entre os meses de novembro e janeiro. A meio do ano pode ser realizada uma avaliação intermédia, a título facultativo, de modo a que seja efetuado um acompanhamento mais próximo dos colaboradores. Este período de avaliação decorreu nos meses de junho e julho.

Política formativa

A Política de Formação e Desenvolvimento dos Colaboradores tem três grandes finalidades: reforçar e consolidar o conhecimento/ desempenho, que permite concretizar diariamente a missão de cada área da organização; acompanhar e facilitar contextos de mudança e preparar o futuro. Todas estas finalidades colocam a DRH como um parceiro estratégico na concretização dos objetivos do Banco, enquanto garante de que os colaboradores têm as competências certas para os desafios da organização.

PF Portugal Campus – Leadership Academy

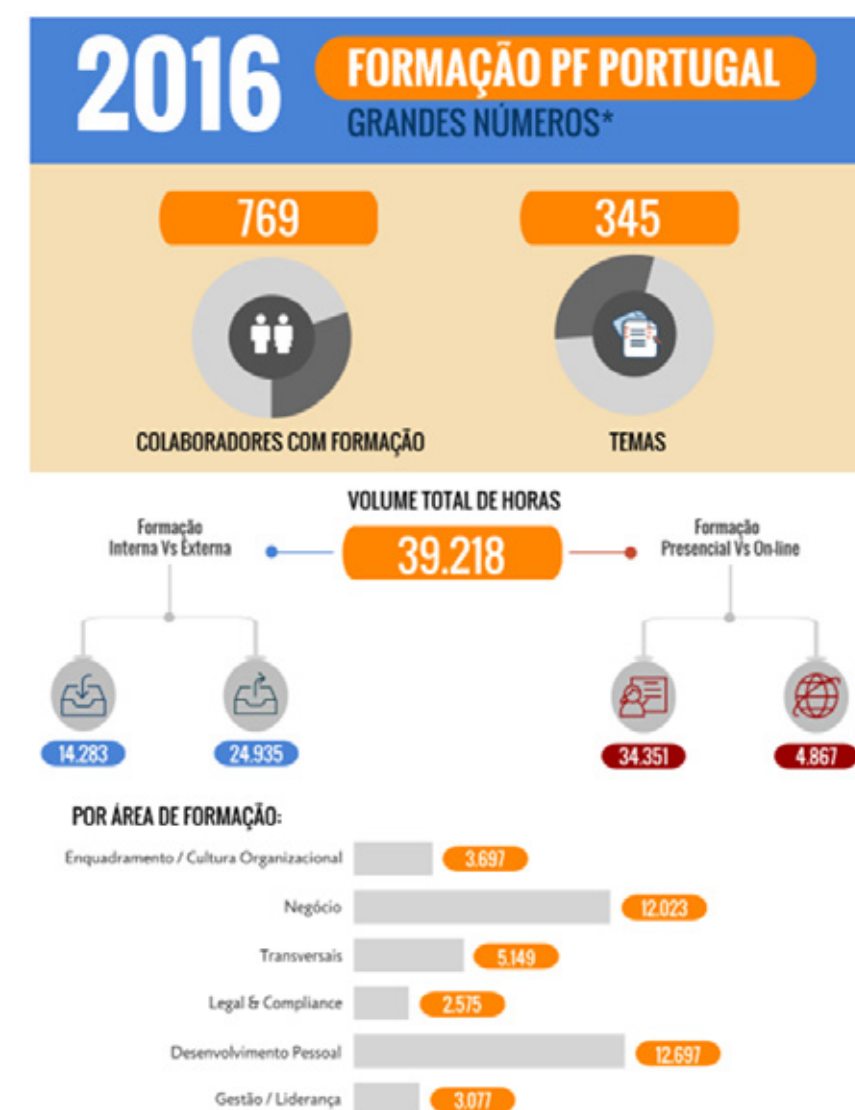
Tendo em conta a alteração do modelo de negócio que o sector financeiro atravessa, devido às novas tendências tecnológicas e exigências dos consumidores, e a fim de sustentar o sucesso dos últimos anos, o BNP Paribas PF Portugal decidiu criar a *Leadership Academy*.

Este Programa de Formação para Executivos, com a duração de três anos, tem como objetivo proporcionar aos *managers* uma renovação do seu conjunto de competências-chave, incluindo a gestão baseada na criação de valor, a criação de ambição coletiva, a gestão da mudança, entre outras.

Para ajudar o Banco neste novo e ambicioso projeto, associámo-nos a duas das melhores *Business Schools* do país: a *Porto Business School* (PBS) e a *Nova School of Business and Economics* (Nova SBE).

Estas duas entidades desenharam a *Leadership Academy* com base na análise do contexto global e na estratégia corporativa do Banco BNP Paribas Personal Finance, que definiu as *Leadership Guidelines* e os BNP Paribas Way.

Indicadores relativos à formação



3.4. DESENVOLVIMENTOS E PROJETOS

O ano de 2016 consagrou-se como o último ano de um ciclo de desenvolvimento estratégico delineado para o triénio 2014 a 2016, composto por prioridades comerciais e operacionais estratégicas que, por sua vez, foram declinadas em projetos e estes em diferentes iniciativas.

Este foi um ano marcado também por fortes investimentos em temáticas de conformidade e de adaptação dos sistemas de informação às novas exigências do negócio, designadamente em matéria digital, que obrigaram a investimentos relevantes e que se impuseram como prioritários ao plano existente.

Consideramos que a implementação do Plano de Desenvolvimento Estratégico, agora finalizada, permitiu:

- Melhorar os processos de negócio atendendo às inovações tecnológicas e às novas tendências de consumo, visando a segurança e conformidade dos mesmos;
- Alargar a gama da oferta comercial, adaptando-a aos novos canais de distribuição, nomeadamente o digital;
- Reforçar a qualidade e a eficácia dos serviços do Banco e a *performance* operacional;
- Encontrar uma dinâmica de inovação e desenvolvimento comercial focada no cliente e posicionar-nos enquanto parceiro financeiro estratégico;
- Desenvolver o digital, como resposta às tendências de mercado e às escolhas dos clientes, através do desenvolvimento de serviços de *self-care* (IVR, *Homebanking* e *MobileBanking*), melhorando também a acessibilidade e usabilidade dos *sites* e do *e-commerce*;
- Industrializar os processos de negócio através da utilização de novas tecnologias, nomeadamente no que se refere a *front-ends* para as áreas de negócio *Retail* e *Auto*;
- Diversificar as parcerias do Banco, tirando partido do *know-how* e da solidez financeira para potenciar o alargamento do campo de ação das parcerias a novos *targets*.

Destacamos em 2016 as seguintes concretizações:

Projetos no âmbito do *partner value* (B2B) e *customer value* (B2C):

Consolidou-se a dinâmica de alargamento da oferta, através da expansão da carteira de produtos e serviços à disposição dos Clientes.

Estabeleceram-se novas parcerias comerciais no mercado de Retalho e Automóvel, e fortaleceram-se importantes parcerias existentes.

Na aquisição direta de clientes, investiu-se na uniformização da utilização de um *front-end* mais intuitivo, visando a simplificação dos processos e proporcionando uma oferta adaptada ao perfil e necessidades de cada cliente.

Projetos no âmbito de eficácia e desempenho operacional:

Ao nível da melhoria da eficácia e de desempenho operacional, continuou-se a implementação das metodologias de melhoria contínua através da intervenção do ACE/BPM junto das diferentes áreas de *front* e *back office*, com foco na simplificação de processos.

Manteve-se o desenvolvimento do programa de qualidade através da realização de barómetros de satisfação do cliente e de satisfação parceiros e da definição de planos de ação consequentes. Desta forma pretende-se continuar a assegurar a adaptabilidade da empresa aos efeitos do contexto económico e regulamentar particularmente exigentes.

Projetos de âmbito da transformação pelo digital:

No âmbito desta prioridade foram desenvolvidos projetos com vista a adaptar os processos de gestão, operacionais e de suporte para apoiar a transformação da organização rumo ao digital. Neste eixo em particular, destacamos:

- a implementação de novas soluções *e-commerce* B2B2C;
- o lançamento de uma solução de pedido de crédito desmaterializada e portátil designada "E-Credito";
- o desenvolvimento de simuladores para disponibilização em sites externos (parceiros);

- melhorias ao nível do *self-care* na utilização de serviços em IVR;
- a consolidação de uma solução de *homebanking* e *APP* no site.

Projetos de carácter regulamentar e de conformidade:

Ao nível da conformidade, o banco trabalhou como país piloto ao nível do grupo na automatização e implementação de desenvolvimentos informáticos importantes ao nível de branqueamento de capitais. Igualmente em 2016, trabalhou-se na implementação de alterações informáticas ao nível dos contratos, cálculos financeiros e momentos de celebração dos contratos, decorrentes de recomendações emitidas pelo Banco de Portugal sobre esta matéria.

3.5. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

No Banco, a responsabilidade social assenta em 4 pilares que se declinam em 12 compromissos que visam sensibilizar colaboradores, clientes, parceiros de negócio e o público em geral para estas temáticas.

RESPONSABILIDADE ECONÓMICA	RESPONSABILIDADE SOCIAL	RESPONSABILIDADE CÍVICA	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL
Financiar a economia de uma forma ética	Seguir uma política de recursos humanos empenhada e leal	Combater a exclusão, promovendo a educação e a cultura	Combater as alterações climáticas
1 Financiar a Economia a longo-prazo	4 Mobilidade e formação	7 Empreendedorismo Social	10 Política de financiamento de áreas sensíveis
2 Ética no desempenho das funções	5 Aposta na diversidade	8 Política de filantropia corporativa	11 Reduzir o impacto ambiental das suas ações
3 Oferta de produtos responsáveis	6 Gestão de RH baseada na solidariedade	9 Respeito pelos Direitos Humanos	12 Apoiar o desenvolvimento sustentado

3.5.1 RESPONSABILIDADE ECONÓMICA

Este pilar assenta em vários eixos, nomeadamente: cumprir a legislação aplicável à atividade do Banco; garantir a total transparência da informação prestada aos clientes; apostar na qualidade e certificação do provedor do cliente e promover o diálogo constante com o cliente, associações de consumidores e entidades de supervisão.

3.5.1.1 - Estudo de Literacia Financeira – 4ª edição

Em março de 2016, foi divulgada a 4.ª edição do estudo de Literacia Financeira, cujo objetivo é aferir o nível atual de conhecimento da população portuguesa em termos de educação financeira.

3.5.1.2 - Lançamento notasemdia.pt

Em março de 2016, foi lançada a plataforma de *Content Marketing* “notasemdia.pt” que disponibiliza informações sobre gestão orçamental com o objetivo de apoiar os consumidores na tomada de decisões mais económicas e inteligentes que lhes permitam reduzir os gastos quotidianos. Através de conteúdos editoriais produzidos por especialistas, as temáticas abordadas estão relacionadas com o dia a dia: *Lifestyle*, *Motores*, *Gadgets* e *Casa*.

3.5.2 - Responsabilidade Social

Assente neste pilar, o Banco promoveu várias ações junto dos colaboradores, nomeadamente: a implementação da flexibilização dos horários de trabalho dos colaboradores, a semana da saúde e do bem-estar (com *workshops* em nutrição e alimentação saudável, *mindfulness*, Tai-Chi, vários rastreios auditivos, visuais, tensão arterial e com um dia dedicado à dádiva de sangue) e a presença na mini maratona de Lisboa, cujos fundos reverteram a favor da Associação Nacional de Doentes com Artrite Reumatoide, suportando o Banco a inscrição dos seus colaboradores.

3.5.3 - Responsabilidade Cívica

Com o objetivo de contribuir para elevar os níveis de literacia dos portugueses, o Banco deu continuidade ao seu programa de apoio à leitura: TEM TUDO A LER.



3.5.3.1 - Tem tudo a ler

Consciente dos baixos níveis de literacia em Portugal e da importância da leitura para a tomada de decisões informadas e conscientes, foi desenvolvido o programa de apoio à leitura “Tem tudo a ler” que consiste num conjunto de iniciativas, dirigidas aos diferentes públicos, com o objetivo claro de promover hábitos de leitura junto dos portugueses.



3.5.3.2 - Festinha da leitura – 1.ª edição

A festinha da leitura é um projeto que promove, através da presença de um cão treinado, o desenvolvimento da confiança e da aprendizagem de crianças do ensino básico com dificuldades neste domínio. Os mais novos leem em voz alta para o seu amigo de 4 patas, desenvolvendo, assim, as suas competências de leitura. O programa foi desenvolvido por uma psicóloga especializada em psicologia clínica que ministra também as sessões, de modo a assegurar a boa aplicação da terapia assistida por animais.



3.5.3.3 - Voluntários da leitura – 1.ª edição

O Banco associou-se ao projeto voluntários de leitura que visa ajudar crianças a desenvolverem a literacia e o gosto pela leitura. Durante o ano letivo 2015/16, colaboradores do Banco ajudaram crianças do ensino básico a ler em voz alta com o objetivo de melhorarem a leitura e a desenvolverem a autoconfiança.



3.5.3.4 - 4ª edição do mercado solidário de natal

Realizou-se, em dezembro, mais uma edição do mercado solidário de natal com o objetivo de apoiar o Centro de Alojamento Temporário de Tercena. Com o valor apurado foram oferecidos livros à nova biblioteca desta instituição.



3.5.3.5 - “Querido, mudei a casa” – especial Natal

O especial de Natal do programa “Querido, mudei a casa” teve o Banco como *soft sponsor*. Numa ação de *staff involvement*, os colaboradores ajudaram a criar e a equipar com livros a nova biblioteca do Centro de Alojamento Temporário de Tercena.



3.5.3.6 - Mecenato Grupo BNP Paribas Portugal

O Banco apoia também projetos de Mecenato do Grupo BNP Paribas em Portugal:

- Organização dos jogos da Primavera do **Elo Social**;
- Mão²: programa que visa encorajar as iniciativas levadas a cabo por associações nas quais os colaboradores do Grupo BNP Paribas em Portugal estão envolvidos a título voluntário.

3.5.4 Responsabilidade Ambiental

As ações desenvolvidas neste âmbito visam a proteção do meio ambiente e a promoção de uma melhor gestão dos recursos naturais.

Existe uma forte preocupação e consciencialização dos colaboradores para estas questões. São já comuns as práticas de reciclagem de materiais (papel e detritos tecnológicos, por exemplo) ou alertas para o consumo imprescindível de papel, energia e água.

Além destas ações junto dos colaboradores, o Banco promove também, junto dos seus clientes e parceiros a redução de consumo de papel, disponibilizando:

- A clientes: meios digitais seguros para consulta *online* do seu extrato e saldo de conta;
- A parceiros: a desmaterialização do contrato de crédito nos pontos de venda.

Foi celebrado ainda, um acordo com a Galp para que toda a frota do Banco seja abastecida com um combustível amigo do ambiente, o EVOLÓGIC.

3.6 QUALIDADE

O Departamento de Qualidade tem como missão propor e implementar uma estratégia de qualidade transversal a todo o Banco que contribua para a otimização da rentabilidade pelo incremento da satisfação dos clientes e parceiros.

Esta estratégia deve assegurar que a oferta e o produto, os projetos desenvolvidos, a comunicação, a relação comercial e os processos operacionais estejam alinhados com os 4 valores do posicionamento de Personal Finance sobre esta matéria:

Oferta, Comodidade, Transparência, Acompanhamento.



O Cetelem é o meu parceiro para todos os meus projetos. Compreende-me e presta-me aconselhamento personalizado através de soluções financeiras simples e claras, adaptadas à minha situação.

Este desafio implica ouvir os colaboradores no sentido de confirmar a existência de competências e de motivação, como meio indispensável para responder eficazmente às expectativas dos clientes e parceiros.

O dispositivo de qualidade foca-se em quatro pilares estratégicos: **Foco no Cliente, Transversalidade, Visibilidade e Análise e Medição.**

Com a ambição de reforçar a posição do Banco como parceiro de confiança dos seus clientes, foram realizados barómetros de satisfação aos clientes e aos parceiros. Foi igualmente implementado um barómetro de satisfação específico para os clientes em recuperação de crédito. Estes barómetros de satisfação possibilitaram a medição do nível de serviço prestado pelo Banco e conhecer a opinião e as expectativas dos clientes e parceiros. Permitiram ainda a identificação, a análise e a definição de oportunidades de melhoria.

É objetivo da qualidade e numa perspetiva de melhoria contínua, criar um instrumento de medição constante da perceção do cliente relativamente ao serviço prestado através dos vários canais de contacto disponibilizados pelo Banco. Em 2016 foram ainda desenvolvidos questionários de satisfação que medem a satisfação do cliente com o contacto presencial e com o contacto por telefone.

A qualidade deve impactar toda a organização do Banco e a fazer da excelência de serviço e a satisfação cliente uma realidade de cada colaborador.

A partilha, entre os colaboradores e o *Top Management*, das expectativas dos clientes e da perceção da sua relação com o Banco é uma realidade permanente através do programa **“escutas cliente”** – uma aposta na proximidade de gestão.

O **provedor do cliente** é um serviço do Banco cujo sistema de gestão de qualidade cumpre com os requisitos da norma **ISO 9001:2008**, sendo o garante do elevado padrão de qualidade e eficiência nos seus processos e metodologias.

3.7 RISCO

No final de 2016 o crédito em risco representava 8,9% do crédito a clientes total, que compara com um valor de 10,0% em dezembro de 2015. No que respeita ao rácio de crédito com incumprimento sobre o crédito total, apurou-se um valor de 8,1% contra 8,9% em dezembro de 2015.

O rácio de crédito a clientes em risco (líquido) face ao crédito total (líquido) ascendeu a 1,3% (contra 1,4% em 2015). O crédito com incumprimento (líquido) face ao crédito total (líquido) representava cerca de 0,4% em dezembro de 2016, contra 0,2% no final de 2015.

Apresentamos de seguida os rácios sobre crédito reestruturado.

CRÉDITO REESTRUTURADO	2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)
(C) crédito a clientes (bruto)	1 488 521 697	1 233 187 585	1 266 797 369
(C2) crédito a clientes reestruturado	26 337 530	30 907 385	30 907 385
(C3) crédito a clientes em risco reestruturado	26 337 530	30 907 385	30 907 385

TABELA 4 – DETALHE EVOLUÇÃO CRÉDITO REESTRUTURADO

Racio	2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)
Rácio crédito clientes reestruturado / crédito a clientes (C2/C1)	1,77%	2,51%	2,44%
Rácio crédito clientes em risco reestruturado / crédito a clientes (C3/C1)	1,77%	2,51%	2,44%

TABELA 5 – DETALHE EVOLUÇÃO RÁCIOS PRUDENCIAIS

3.8 BALANÇO E CONTA DE EXPLORAÇÃO

Em 2016 os resultados líquidos gerados totalizaram 41,1 milhões euros, representando um acréscimo de 33% face ao ano anterior, tal como apresentado na tabela 6.

Principais indicadores económico-financeiros

Milhares de Euros	2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)	Δ 16/15
Resultados líquidos	41 099	30 867	38 692	33%
Ativo líquido	1 594 603	1 257 264	1 249 114	27%
ROA (%)	2,58%	2,46%	3,10%	12 bp
Capitais próprios	177 196	157 375	135 464	13%
ROE (%)	23,19%	19,61%	28,56%	358 bp
Produto bancário	117 300	109 540	106 902	7%
Resultado antes imposto/ ativo líquido médio (%)	3,28%	3,41%	4,97%	-13 bp
Produto bancário/ ativo líquido médio (%)	8,45%	9,91%	9,68%	-146 bp
Resultado antes imposto/ Capitais próprios médios (%)	32,17%	29,02%	42,92%	315 bp

TABELA 6 – DETALHE DOS PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O ativo líquido a 31 de dezembro de 2016 totalizava 1 595 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 27% face a 2015. Os capitais próprios do banco aumentaram de 157,4 milhões de euros em 2015 para 177,2 milhões em 2016, representando um acréscimo de 13%.

Evolução do Produto Bancário líquido da anulação de proveitos

Milhares de Euros	2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)	Δ 16/15
(+) Juros e rendimentos similares	114 459	104 618	104 819	9%
(-) Juros e encargos similares	42 878	33 462	33 462	28%
(=) Margem financeira bruta	71 581	71 156	71 357	1%
(+) Comissões e out. res. exploração	46 977	39 418	36 579	19%
(-) Encargos c/ comissões	1 258	1 034	1 034	22%
(=) Produto bancário	117 300	109 540	106 902	7%

TABELA 7 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

Em 2016 a margem financeira bruta manteve-se estável face a 2015. Por sua vez, o produto bancário registou um crescimento de 7% face a 2015, devido ao contributo positivo da rubrica “comissões e outros resultados de exploração”, onde se verifica um crescimento de 19% face ao ano anterior, alinhado com o ritmo de crescimento da carteira de créditos geridos.

Custos de exploração

Os gastos administrativos e custos com pessoal totalizaram cerca de 49 milhões de euros em 2016, representando um decréscimo de 3% face a 2015 resultante de uma redução na rubrica gastos gerais e administrativos.

	2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)
Custos funcionamento/ ativo líquido (%)	3,09%	4,04%	3,70%
Custos pessoal/ custos funcionamento (%)	40%	36%	39%
Custos de funcionamento + amortizações/ produto bancário (%)	45%	49%	46%
Custos pessoal/ produto bancário (%)	17%	17%	17%

TABELA 8 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

3.9 GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

O Banco centra a sua atividade na concessão de crédito ao consumo, pelo que os principais riscos a que está sujeito são os seguintes:

- Risco de crédito;
- Risco operacional (incluindo risco de sistemas de informação, risco legal e de Recursos Humanos);
- Risco de taxa de juro;
- Risco de liquidez;
- Risco de estratégia;
- Risco de *compliance*;
- Risco de reputação e imagem.

Encontrando-se o Banco sujeito às políticas e metodologias de análise, cálculo e valoração de riscos definidas pelo Grupo BNP Paribas e tendo em conta que a atividade do Banco assenta exclusivamente na concessão de crédito ao consumo, os riscos identificados e considerados como relevantes para o Banco são **o risco de crédito, o risco operacional, o risco de taxa de juro e o risco de liquidez.**

Quanto ao risco de crédito e ao risco operacional, o Banco aplica os seguintes métodos para o cálculo regulamentar dos requisitos de fundos próprios:

- STANDARD para o risco de crédito e de contraparte;
- AMA para o risco operacional, desde 1 de janeiro 2008.

No que concerne aos testes de esforço, definidos na Instrução 4/2011 do BdP, o Banco realiza periodicamente análises de sensibilidade, análises de cenário e *reverse stress tests* com vista ao estudo do impacto de evoluções adversas nas principais variáveis do negócio, nomeadamente no risco de crédito. Os resultados destas análises são também reportados no âmbito da elaboração anual do ICAAP (Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital regulamentar).

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco potencial de um mutuário ou uma contraparte falhar no cumprimento das suas obrigações nos termos estabelecidos entre as partes. A avaliação minuciosa da probabilidade de incumprimento e a cobrança expetável dos empréstimos ou recebimentos no momento do incumprimento são componentes da avaliação da qualidade do crédito. O risco de crédito é materialmente relevante para o Banco.

O seguimento e controlo do risco de crédito no Banco são da responsabilidade da Direção de Risco, cuja missão é implementar os meios que garantam uma gestão ótima do risco de crédito no Banco, assim como garantir a segurança das operações de crédito (gerir e controlar o risco), em conformidade com a Política de Risco de Crédito definida pela Função de Risco a nível Central (do Grupo BNP Paribas Personal Finance).

Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco resultante de uma inadequação ou falha nos processos internos, ou resultante de eventos externos, sejam eles atos deliberados, acidentais ou naturais.

Os processos internos que dão origem ao risco operacional podem, por exemplo, envolver funcionários e/ou sistemas informáticos. Os eventos externos incluem (mas não se limitam a) cheias, incêndios, terremotos e ataques terroristas. As ocorrências verificadas no risco de crédito ou de mercado como o default ou uma alteração de valor que afeta o risco de crédito ou de mercado não são tratadas no âmbito do risco operacional.

O risco operacional engloba riscos de recursos humanos, legais, fiscais, de sistemas de informação, riscos de não conformidade com normativos internos ou externos, risco de fornecer serviços financeiros inapropriados (*conduct risk* também englobado nas categorias acima indicadas), riscos ligados a deficiências nos processos operacionais (incluindo os processos de crédito ou de utilização de modelos *model risk*) e às eventuais implicações financeiras que possam resultar da gestão dos riscos de reputação.

O perímetro dos riscos envolvendo o risco operacional é tão vasto que faz com que a sua gestão assente em equipas especializadas com competências relevantes e específicas para a avaliação e mitigação desses riscos. Isto verifica-se em particular em áreas como o Jurídico, Fiscalidade, Sistemas de Informação, Segurança, Finanças e também *Compliance*.

De acordo com a regulamentação, o risco de não conformidade é o risco de ocorrência de sanções legais, administrativas ou disciplinares, juntamente com as perdas financeiras potencialmente significativas que um banco pode sofrer em resultado do não cumprimento de todas as leis, regulamentos, códigos de conduta e padrões de boas práticas aplicáveis às atividades bancárias e financeiras (incluindo instruções emitidas por um corpo executivo, particularmente na aplicação de diretivas emitidas por uma entidade de supervisão). Por definição, este risco é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, o risco de *compliance* é tratado separadamente pelo Banco, tendo em conta que certas implicações do risco de *compliance* envolvem mais do que meras perdas financeiras, podendo mesmo danificar a reputação da instituição.

A gestão e o acompanhamento do Risco Operacional do Banco são realizados pelo departamento de ORC (*Operational Risk Control*) e a gestão do Risco de *Compliance* do Banco é assegurada pelo Departamento de *Compliance*.

O Banco, estando englobado no perímetro do Grupo BNP Paribas, aplica o Método Avançado (AMA) para o cálculo das exigências de capital, o qual impõe a elaboração de um modelo interno de cálculo de capital relativo ao risco operacional, baseado em dados de perdas internas (potenciais e históricas), em dados de perdas externas, numa análise de diversos cenários e em fatores de contexto socioeconómico e de controlo interno.

O modelo interno que responde às exigências AMA apoia-se nos seguintes princípios:

- Distribuição da perda anual agregada (as frequências e as severidades de perdas para o risco operacional são modelizadas consoante as distribuições calibradas sobre dados disponíveis);
- Dados históricos e prospetivos são utilizados no cálculo de capital, com uma preponderância dos dados prospetivos que representam os riscos extremos;
- O modelo utilizado é fiel aos dados que o alimentam, a fim de permitir ao Banco a apropriação dos resultados produzidos. Deste modo, a maior parte das hipóteses fica integrada nos próprios dados;
- Os cálculos de capital são realizados de maneira prudente. Neste quadro, é efetuada uma revisão profunda dos dados utilizados a fim de os completar com eventuais riscos que necessitam de uma representação no perfil de risco do Grupo.

O método AMA utiliza o VaR (*Value at Risk*), isto é, o montante máximo de perda potencial num ano para um nível de certeza de 99,9%, para cálculo de requisitos de capital regulamentar. O cálculo é efetuado a um nível agregado utilizando os dados de todas as entidades do Grupo que tenham adotado o AMA e depois alocado às entidades jurídicas que compõem esse mesmo perímetro.

A partir da organização por processos de negócio e de suporte, são analisadas e quantificadas todas as “falhas” ocorridas e reportadas relativas a essas áreas, aferindo-se sobre os eventos, causas, consequências, efeitos (impactos financeiros) das mesmas e levando, com conhecimento da Administração e do *Top Management*, a implementação de ações e medidas corretivas para as principais falhas. Os principais impactos verificados são inseridos na base de incidentes e reportados ao Grupo BNP Paribas, o qual analisa e controla regularmente a base de cada filial.

A quantificação e análise dos incidentes históricos e potenciais são efetuadas tendo em conta os 7 eventos de risco operacional definidos pelo Grupo BNP Paribas:

- Fraude externa;
- Fraude interna;
- Práticas em matéria de emprego e segurança no local de trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Danos ocasionados a ativos físicos;
- Perturbação das atividades comerciais e falhas do sistema;
- Execução, entrega e gestão de processos.

A metodologia para a hierarquização dos eventos de risco assenta nas seguintes etapas: descrição da disfunção; causa; frequência (nº de vezes que ocorre o evento); consequência (risco potencial); impacto (severidade) e nível de risco (cruzamento da frequência com a severidade).

A gestão dos riscos operacionais é também assegurada numa ótica de *Governance*, através da realização regular de comités específicos sobre esta matéria, com a participação do Comité Executivo, assim como o reporte semanal das principais “falhas” ou “deficiências” detetadas e respetivos planos de ação com vista a melhorar os processos, mitigar os riscos e minimizar os impactos para o Banco.

Os principais incidentes ocorridos analisados e quantificados são também reportados diretamente ao Grupo BNP Paribas.

Toda a recolha de dados históricos e prospetivos, assim como a sua análise e quantificação, é inserida numa ferramenta do Grupo BNP Paribas (FORECAST), permitindo assim ao Grupo uma revisão frequente e detalhada dos dados e assegurar a sua qualidade e exaustividade. Existe também uma base local, com todo o histórico dos incidentes ocorridos e respetiva análise, que tem um acompanhamento regular até à correção e conclusão da deficiência que é alvo de reporte regular ao *Top Management* do Banco.

Os controlos são frequentemente avaliados, a partir de uma grelha. Para cada incidente ocorrido ou potencial é efetuado um levantamento dos controlos existentes e é avaliada a eficácia dos mesmos, numa perspetiva de mitigação dos riscos.

Risco de taxa de juro

Este risco é materializado como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital devido a movimentos adversos nas taxas de juro de elementos da carteira bancária, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. concede créditos maioritariamente a taxa fixa, sendo a sua atividade de concessão de crédito a taxa variável inferior a 7% do total de créditos concedidos durante o ano e obtém o financiamento até à maturidade integralmente junto do Grupo em França (BNP Paribas Paris), não recorrendo, por isso, a quaisquer instrumentos financeiros para fazer a gestão do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

O risco de liquidez e de refinanciamento é o risco de o Banco ser incapaz de cumprir requisitos de liquidez ou de garantia, atuais ou futuros, previstos ou imprevisos, sem afetar as transações de rotina ou a sua posição financeira. Este risco pode surgir em resultado de uma total ou parcial falta de liquidez em certos ativos ou o desaparecimento de certas fontes de financiamento. Pode estar ainda relacionado com o próprio Banco (risco de reputação) ou com fatores externos (crise em certos mercados).

O risco de liquidez e refinanciamento é gerido através de uma política global de liquidez, aprovada pela Gestão Executiva do Grupo BNP Paribas, a qual é baseada em princípios de gestão definidos para serem aplicados tanto em condições normais como em situações de crise de liquidez. A posição de liquidez do Banco é avaliada com base em padrões internos, pontos de alerta e rácios regulamentares.

O risco de liquidez e de refinanciamento é gerido ao nível do Grupo, com uma implementação local realizado pelo Banco, em total alinhamento e conformidade com os processos globais e as políticas do Grupo BNP Paribas.

No Banco, a gestão do ALM (*Asset Liability Management*) é da responsabilidade da Direção Financeira, com um acompanhamento regular da gestão da liquidez e da taxa de juro pelo CFIO (*Chief Financial and Information Officer*) e pelo Diretor Financeiro.

Risco de estratégia

O risco estratégico é o risco da probabilidade de queda do preço de uma ação do Grupo BNP Paribas devido a decisões estratégicas e implementação de planos de negócio inadequados e inconsistentes.

O Banco acompanha e monitoriza o risco de estratégia através de análises permanentes, em linha com as diretivas e práticas do Grupo BNP Paribas, dos impactos e resultados da adoção de estratégias, da implementação de decisões ou de capacidade de resposta a novas estratégias, novos produtos, organizações ou atividades, considerando o respetivo peso no negócio.

Sob coordenação e aprovação do Conselho de Administração, a estratégia do Banco é aplicada através da Direção-Geral e dos membros do Comité Executivo.

Tendo em conta o processo existente relativo à tomada de decisão no seio do Grupo, que passa por várias etapas e níveis hierárquicos no que diz respeito à definição do plano estratégico do Banco e tendo em conta os procedimentos presentes, consideramos que o risco de estratégia é bastante controlado pelo Grupo e com reduzida exposição para o Banco manter a nível individual.

Risco de negócio

O risco de negócio é o risco associado a uma perda, que um banco pode ter, devido a uma decisão estratégica inadequada relativamente a fatores internos (como por exemplo, de capital e de financiamento, canais de comunicação, funcionários, capacidades de gestão e de recursos, sistemas operacionais) ou, por exemplo, devido à falta de adaptação a um ambiente em mudança (por exemplo, a mudança no ambiente competitivo, evoluções técnicas, a mudança num ambiente financeiro, modificação do comportamento das partes interessadas/*stakeholders*, ausência de inovação e risco político).

O Banco faz o seguimento e controlo do seu risco de negócio através das reuniões e comités que constam do seu modelo de *Governance*, envolvendo os membros do Comité Executivo e o *Top Management*.

Risco de Compliance

Este risco é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

Por definição, o risco de compliance é uma subcategoria do risco operacional. No entanto, algumas consequências de falhas ao nível da conformidade podem ter impactos além de uma perda financeira, podendo por em causa a reputação do Banco. Como tal, o Banco implementou uma organização específica e processos para gerir o risco de *Compliance*.

Considerando a conjuntura atual e a relevância atribuída ao risco de *compliance* pelas diretivas do Grupo BNP Paribas, o Banco acompanha o nível de risco de *compliance* analisando e controlando permanentemente o risco de incumprimento ou violação das obrigações legais e regulamentares, disposições contratuais, regras de conduta e de deontologia no relacionamento com clientes e entidades externas, fraude interna e na prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

O seguimento do nível de risco é feito a partir dos controlos da atividade de concessão de crédito, qualidade do serviço pós-venda, qualidade das parcerias comerciais, cumprimento das regras legais e regulamentares ao nível contratual, de novos produtos, organizações e atividades, de prestações de serviço externas, bem como ao nível da publicidade e obrigações de reporte de informações a entidades reguladoras e outras entidades externas.

Existindo uma cultura intrínseca de controlo interno no seio do Banco, o acompanhamento e o envolvimento da gestão de topo de acordo com o Modelo de *Governance* definido são um ponto forte da organização, existindo um conhecimento permanente e tempestivo de todas as vertentes de *Compliance*, riscos associados, controlos e trabalhos desenvolvidos, deficiências identificadas, medidas corretivas e estado de concretização das mesmas.

O acompanhamento e o conhecimento dos riscos incorridos pelo Banco ao nível de *Compliance* são assim totalmente assegurados, quer por via das reuniões regulares de reporte, quer por via do envio dos relatórios com as conclusões dos controlos efetuados, quer ainda por via de vários Comitês de *Compliance*.

Risco de reputação e imagem

O risco de reputação é o risco de danificar a confiança depositada numa instituição pelos seus clientes, contrapartes, fornecedores, colaboradores, acionistas, reguladores e qualquer outra parte interessada (*stakeholders*) cuja confiança seja condição essencial para que a instituição prossiga as suas operações do dia a dia.

O risco de reputação é essencialmente dependente de todos os outros riscos incorridos pelo Banco. Os impactos financeiros resultantes da gestão do risco de reputação estão também integrados no risco operacional, através da quantificação dos incidentes operacionais ocorridos e reportados e através da quantificação de alguns incidentes potenciais (cenários de *Likely* e *Worst Case*).

O risco de reputação também é controlado e seguido através de procedimentos e controlos existentes (regras e circuitos a respeitar). No Banco, a gestão do risco reputacional está formalizada na “Política de gestão do risco reputacional” emitida pelo departamento *Compliance*, a qual deve ser cumprida por todos os colaboradores.

3.10 GESTÃO DO CAPITAL E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

A gestão de capital do Banco encontra-se a cargo da Direção Financeira e tem como objetivos:

- Garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade;
- Assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital definidos pelo Banco de Portugal;
- Assegurar o cumprimento das normas do Grupo BNP Paribas em termos de gestão de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu (através da *Joint Supervisory Team*), que estabelecem as regras que sobre esta matéria devem ser cumpridas pelas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos compromissos e riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

O quadro que se segue apresenta um resumo das componentes dos fundos próprios do Banco a 31-12-2016 e 31-12-2015.

Euros	2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)
FUNDOS PRÓPRIOS			
Capital realizado	45 661 800	45 661 800	45 661 800
Prêmios de emissão	11 237 516	11 237 516	11 237 516
Reservas legais e resultados transitados	79 197 208	69 608 937	39 872 219
Imobilizações incorpóreas / ativos intangíveis	-5 556 397	-4 530 384	-1 812 154
(A1) Fundos próprios de base excluindo ações preferenciais (Core Tier I)	130 540 126	121 977 869	94 959 381
(A2) Fundos próprios de base (Tier I)	130 540 126	121 977 869	94 959 381
Fundos próprios complementares (Tier II)	10 000 000	0	11 619 019
(A3) Fundos próprios elegíveis totais	140 540 126	121 977 869	106 578 401
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS			
Calculado de acordo com o aviso 5/07 (Risco de crédito)	90 978 792	75 176 705	74 361 724
Calculado de acordo com o aviso 9/07 (Risco operacional)	8 951 000	7 858 000	7 858 000
(B) Requisitos de fundos próprios totais	99 929 792	82 219 724	82 219 724

TABELA 9 – DETALHE DA EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Os rácios de solvabilidade, de qualidade de crédito, de rendibilidade e de eficiência apresentados neste documento estão conforme a Instrução 23/2012 emitida pelo Banco de Portugal.

Relativamente a esta Instrução, não são publicados os rácios de Transformação apresentados na referida instrução, uma vez que a política comercial do Banco não contempla a captura de Depósitos de Clientes.

Em julho de 2014, a *European Banking Authority*, com o objetivo de harmonizar e garantir a comparabilidade da informação no contexto europeu, definiu novos reportes contabilísticos e prudenciais. De acordo com esta legislação foram definidos novos rácios que apresentamos de seguida com referência a dezembro de 2015 e 2016.

	Requisitos Mínimos 2016	2016	2015 (reexpresso)	2015 (reportado)
Rácios Prudenciais (COREP)				
CET1 Capital Ratio (Fully Phased)	8,25%	10,45%	11,75%	9,24%
T1 Capital Ratio	8,25%	10,45%	11,75%	9,24%
Total Capital Ratio	8,625%	11,25%	11,75%	10,37%

TABELA 10 – DETALHE DOS RÁCIOS PRUDENCIAIS COREP (FULLY PHASED)

3.11 MODELO DE GOVERNANCE

A estrutura de administração do Banco assenta no Conselho de Administração que, à data de 31 de dezembro de 2016, tem a seguinte composição: Jany Gerometta (Presidente), Laurent David (Vogal), Martin Favre (Vogal), Jean-Marc Pasquet (Vogal), Serge Le Bolès (Vogal) e Susana Godinho (Vogal), estando a gestão corrente atribuída aos Administradores Serge Le Bolès e Susana Godinho.

A gestão permanente e o modelo de *Governance* local do Banco a 31 de dezembro de 2016 assentam sobre dois órgãos: um Comité Executivo e um Comité de *Top Management* ambos sob a presidência do Administrador Serge Le Bolès.

- Comité Executivo: Administrador e *Chief Executive Officer* (Serge Le Bolès), Administradora e *Chief Financial and Information Officer* (Susana Godinho), *Chief Operations Officer* (Anais Raynaud), *Chief Risk Officer* (Merouane Benyahia), *Chief Marketing & Sales Officer* (José Pedro Pinto), *Chief Human Resources Officer* (Armando Canguero) e *Chief Legal & Compliance Officer* (Leonor Santos).
- *Comité de Top Management* composto, além dos membros do Comité Executivo, pelos seguintes Diretores Funcionais: Diretor de Sistemas de Informação (Paulo Santos), Diretor de Recuperação e de Contencioso (Albertino Neves), Diretor de Marketing (Pierre Vasseux), Diretor Automóvel (Pedro Ferreira), Diretor Comercial Automóvel (Vitor Morais), Diretor da Distribuição (Pedro Camarinha), Diretor Financeiro (José Novais), Diretor de *New Core Partnerships* (Hugo Lousada), Diretor de *Business to Consumer* (João Paulo Gonçalves) e Diretora de Marca, Comunicação e Publicidade (Carla Ferreira).

A Direcção-Geral e cada uma das Direcções é responsável pelo seu plano anual de *Governance*, que é emitido e publicado e cuja execução deve ser assegurada.

A fiscalização da sociedade assenta no Conselho Fiscal e nos Revisores Oficiais de Contas. O Conselho Fiscal, que tem uma composição maioritariamente independente, à data de 31 de dezembro de 2016 é composto por Carlos Ferraz (Presidente), Amadeu Cambão (Vogal) e Hubert Delachaux (Vogal).

Os Revisores Oficiais de Contas, Mazars & Associados, SROC, é representada por Fernando Vieira, ROC.

A Assembleia Geral do Banco tem como Presidente da Mesa, Leonor Santos e como Secretário da Mesa, Nuno Castelo-Branco, advogado externo à estrutura do Banco.

A gestão de capital do Banco encontra-se a cargo da Direcção Financeira e tem como objetivos:

- Garantir o capital suficiente para permitir o crescimento sustentado da atividade;

- Assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de capital, definidos pelo Banco de Portugal e pelo BCE;
- Assegurar o cumprimento das normas do Grupo BNP Paribas em termos de gestão de capital.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu (através da *Joint Supervisory Team*), que estabelecem as regras que sobre esta matéria devem ser cumpridas pelas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos compromissos e riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

04 | PERSPETIVAS FUTURAS

Ao longo do ano de 2016 assistimos à consolidação da trajetória de recuperação do consumo e da confiança dos consumidores, iniciada em 2014. Esta evolução contribuiu naturalmente para o incremento da atividade do crédito ao consumo.

Apesar da recuperação verificada na atividade de crédito ao consumo ao longo dos últimos 3 anos, o Banco ainda não atingiu os níveis verificados antes do forte ajustamento verificado no período de 2011 a 2014. O volume de crédito a preços correntes, em 2016, manteve-se inferior a 2010 em cerca de 11%. Este desvio é particularmente acentuado quando comparado com o período anterior a 2008.

Para 2017, prevê-se a manutenção do crescimento do crédito e, consequentemente, a sua gradual recuperação para níveis mais próximos de 2011, ainda que a um ritmo mais moderado ao observado em 2016.

Há contudo alguns elementos de incerteza que poderão influenciar este crescimento, como é o caso da evolução das taxas de juro na Europa e em Portugal, em particular, bem como a capacidade do país em manter o equilíbrio das contas públicas pela via do crescimento económico em detrimento de medidas adicionais de contração do consumo e do rendimento disponível.

No mercado automóvel, cujo peso no total do crédito concedido pelas entidades associadas da ASFAC se mantém estável em torno dos 60%, as perspetivas são também positivas, esperando o sector um aumento moderado de 3% no número de vendas, após um ano de 2016 com uma dinâmica mais forte do que inicialmente antecipada.

Tendo presente o contexto acima referido, o Banco estabeleceu as seguintes prioridades estratégicas para o ano de 2017 e seguintes:

- Desenvolver a sua atividade comercial, sustentada nas suas principais parcerias, designadamente com o Grupo Sonae, assente no Cartão Universo e com o Grupo CTT, através da boa integração com a atividade comercial do Banco CTT lançado em 2016.
- Acelerar a transformação da empresa através do digital, com o objetivo de potenciar o crédito pelos novos canais digitais, reforçar os níveis de serviço e a experiência cliente, através de processos mais simples e eficazes.
- Prosseguir a política de crédito responsável e sustentável e continuar a desenvolver esforços para melhorar a imagem do crédito ao consumo junto da opinião pública.

05 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta os bons resultados do exercício aqui apresentado, o facto de não existirem incrementos decorrentes da aplicação do justo valor e à solvabilidade confortável da Sociedade, o Conselho de Administração, nos termos da sua competência estatutária e da legislação aplicável, propõe que ao montante do resultado líquido do exercício de 2016, de 41 099 027,91 euros, seja dada a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal (10% do resultado líquido): 4 109 902,80 euros;
- para Distribuição de dividendos: 36 986 058,00 euros, correspondentes a 4,05€ (quatro euros e cinco cêntimos) por ação;
- o restante, no montante de 3 067,11 euros, para reforço de Resultados Transitados.

06 | NOTAS FINAIS

Terminado que foi mais um ano de atividade, vem o Conselho de Administração do Banco expressar os seus agradecimentos:

- Aos colaboradores em Portugal pela dedicação e empenho demonstrados no desempenho das suas funções;
- À estrutura central situada em França e aos colegas de outras filiais pelo apoio e colaboração recebidos;
- Ao Conselho Fiscal e aos Auditores, pelo interesse e disponibilidade demonstrados;
- Às autoridades financeiras e de tutela por toda a colaboração prestada ao longo do exercício.

Uma palavra ainda de agradecimento aos nossos clientes e parceiros pela preferência com que nos distinguiram, ajudando-nos a construir e reforçar o Banco BNP Paribas Personal Finance S.A. em Portugal.

Lisboa, 9 de março de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jany Rino François Marie Gerometta, Presidente

Serge Leon Maurice Le Bolès, vogal

Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho Albuquerque Ferreira, vogal

Jean-Marc Georges Louis Pasquet, vogal

Martin François Lazare Favre, vogal

Laurent Yves Lucien David, vogal

07 | BIBLIOGRAFIA

- World Economic Outlook de janeiro 2017 – Fundo Monetário Internacional
- European Economic Forecast Autumn 2016 – Comissão Europeia;
- Boletim Económico outubro 2016 – Banco de Portugal;
- Boletim Económico janeiro 2017 – Banco de Portugal;
- Dados de Crédito ao Consumo ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado;
- Boletim Estatístico Mensal – Banco de Portugal;
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- Eurostat;
- Dados relativos à venda de viaturas ACAP – Associação Automóvel de Portugal.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

02



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Balanço em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 (valores em euros)	Notas	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	01-01-2015 (reexpresso)
Ativo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4	45 012 366	3 770 410	3 273
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	27 980 691	16 235 605	6 566 754
Aplicações em instituições de crédito	6	50 000 885	26 250 333	-
Crédito a clientes	7 e 8	1 426 486 745	1 161 556 715	996 536 213
Ativos não correntes detidos para venda	8 e 9	656 902	647 307	609 005
Outros ativos tangíveis	10	5 949 182	5 529 714	3 740 859
Ativos intangíveis	10	5 556 397	4 530 384	3 232 482
Ativos por impostos diferidos	12	11 889 447	9 624 103	9 067 221
Outros ativos	13	21 070 248	29 119 898	18 123 647
Total do Ativo		1 594 602 863	1 257 264 469	1 037 879 454
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	14	1 337 031 164	1 035 456 014	802 786 001
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	2 422 628	2 442 995	3 111 757
Provisões	8	14 340 279	14 682 887	9 860 683
Passivos por impostos correntes	11	4 212 836	2 281 402	15 123 545
Outros passivos subordinados	16	10 007 962	-	-
Outros passivos	17	49 392 441	45 026 248	36 653 887
Total do Passivo		1 417 407 311	1 099 889 546	867 535 873
Capital Próprio				
Capital	18	45 661 800	45 661 800	45 661 800
Prémios de emissão		11 237 516	11 237 516	11 237 516
Outras reservas e resultados transitados	18	79 197 208	69 608 937	71 492 849
Resultado líquido do exercício		41 099 028	30 866 669	41 951 416
Total do Capital Próprio		177 195 551	157 374 922	170 343 581
Total do Passivo + Capital Próprio		1 594 602 863	1 257 264 469	1 037 879 454

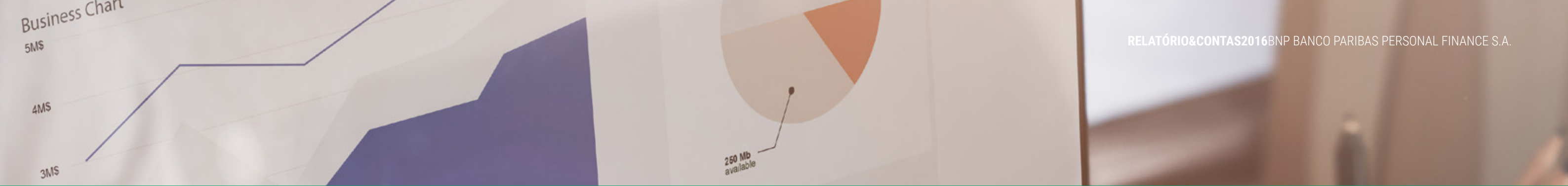
**Demonstração de Resultados e do rendimento integral
referente aos exercícios findos em 31 de dezembro
de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (valores em euros)**

Notas

31-12-2016

**31-12-2015
(reexpresso)**

Juros e rendimentos similares	19	114 459 191	104 617 842
Juros e encargos similares	20	(42 878 059)	(33 461 627)
Margem Financeira		71 581 132	71 156 215
Rendimentos de serviços e comissões	21	40 723 065	36 887 996
Encargos com serviços e comissões	22	(1 258 408)	(1 033 927)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	23	-	(8)
Resultados de alienação de outros ativos	24	2 070	1 902
Outros resultados de exploração	25	6 251 688	2 527 999
Produto bancário		117 299 547	109 540 177
Custos com o pessoal	26	(19 937 077)	(18 204 988)
Gastos gerais administrativos	27	(29 390 118)	(32 649 362)
Depreciações, amortizações e imparidade at. tang. e intangíveis	10	(3 251 207)	(2 865 152)
Provisões e Imparidade	8	(9 629 908)	(9 086 527)
Custos operacionais		(62 208 310)	(62 806 029)
Resultado antes de impostos		55 091 237	46 734 148
Impostos correntes	11	(16 257 553)	(16 424 360)
Impostos diferidos	12	2 265 344	556 882
Resultado líquido do exercício e do rendimento integral		41 099 028	30 866 669
Rendimento por ação			
Básico		4.50	3.38
Diluído		4.50	3.38



Demonstração de alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2016

Capital realizado

Prêmios de emissão

Reservas legais

Resultados transitados

Resultado líquido do período

Total

(valores em euros)

Saldo a 1 de janeiro de 2015	45 661 800	11 237 516	26 320 788	15 435 344	41 951 416	140 606 864
Revogação do Aviso 3/95 do Banco de Portugal	-	-	-	32 135 316	-	32 135 316
Ajustamentos nas rubricas de impostos decorrentes da revogação do Aviso 3/95 do Banco de Portugal no saldo de abertura a 1 de janeiro de 2015	-	-	-	(2 398 598)	-	(2 398 598)
Saldo de abertura reexpresso	45 661 800	11 237 516	26 320 788	45 172 061	41 951 416	170 343 581
Distribuições de dividendos	-	-	-	(6 079 053)	(37 756 274)	(43 835 327)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	4 195 142	-	(4 195 142)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	38 692 115	38 692 115
Impacto da revogação do Aviso 3/95 do Banco de Portugal no Resultado líquido do ano	-	-	-	-	(7 825 447)	(7 825 447)
Posição a 31 de dezembro de 2015 (reexpresso)	45 661 800	11 237 516	30 515 929	39 093 008	30 866 669	157 374 922
Distribuições de dividendos	-	-	-	-	(21 278 398)	(21 278 398)
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	3 869 212	13 544 506	(17 413 717)	-
Transferência para reservas e resultados transitados do impacto no resultado líquido de 2015 decorrente da revogação do 3/95	-	-	-	(7 825 447)	7 825 447	-
Resultado líquido com revogação do Aviso 3/95 do Banco de Portugal	-	-	-	-	41 099 028	41 099 028
Posição a 31 de Dezembro de 2016	45 661 800	11 237 516	34 385 141	44 812 067	41 099 028	177 195 552

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais

	31-12-2016	31-12-2015
Juros e rendimentos recebidos	115 416 825	101 097 607
Juros e gastos pagos	(13 619 576)	(14 358 439)
Serviços e comissões recebidas	19 784 789	20 277 283
Serviços e comissões pagas	(31 087 215)	(24 001 746)
Recuperações de crédito e juros previamente abatidos	2 648 961	18 916 631
Pagamentos a empregados e fornecedores	(33 970 370)	(35 106 441)
	59 173 414	66 824 894

Variação nos ativos operacionais:

Aplicações em instituições de crédito	(23 750 000)	(26 250 000)
Crédito a clientes	(340 182 309)	(225 820 347)
Derivados ativos de negociação	-	-
Derivados ativos de cobertura	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	(353 939)	(678 546)
Outros ativos operacionais	54 365 390	21 380 943

Variação nos passivos operacionais:

Recursos de instituições de crédito	311 568 794	232 861 206
Recursos de clientes e empréstimos	75 129	(443 485)
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	-	-
Derivados passivos de negociação	-	-
Derivados passivos de cobertura	-	-
Outros passivos operacionais	31 223 858	25 066 593
	32 946 923	26 116 365
Impostos sobre lucros pagos	(15 576 559)	(29 454 882)
	76 543 779	63 486 378

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aquisições de investimentos em filiais e associadas	-	-
Dividendos recebidos e outros proveitos	-	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Aquisições de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	(2 283 813)	(6 220 535)
Alienações de ativos intangíveis e outros ativos tangíveis	5 475	5 475
	(2 278 339)	(6 215 060)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Emissão de passivos subordinados	-	-
Amortização de dívida titulada	-	-
Juros de dívida titulada	-	-
Aumento de capital	-	-
Distribuição de dividendos	(21 278 399)	(43 835 329)
	(21 278 399)	(43 835 329)

Fluxos de caixa líquidos de atividades de financiamento

Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	-	-
---	---	---

Variação líquida em caixa e seus equivalentes

	52 987 041	13 435 989
Caixa e seus equivalentes no início do período	20 006 015	6 570 026
Caixa e seus equivalentes no fim do período	72 993 057	20 006 015
	52 987 041	13 435 989

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



01 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aspetos gerais

O Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A. (Banco) é uma instituição financeira cuja atividade se encontra regulada pelo decreto-lei n.º 298/92 de 31 de dezembro, com as devidas alterações aportadas pelos decretos-lei 246/95 e 232/96, tendo sido criada em 30 de maio de 2003 por transformação da sociedade Cetelem SFAC, S.A. e incorporação da totalidade dos ativos, passivos e relações contratuais que constituíam o Banco Cetelem – Sucursal, S.A., estabelecimento em Portugal da Cetelem, S.A. (instituição de crédito de direito francês).

A Instituição tem a sua sede social na Rua Galileu Galilei, no 8º piso, do nº2, da Torre Ocidente, do Centro Colombo, em Lisboa e opera atualmente com duas delegações – Lisboa (Sede) e Gaia.

O Banco é especializado na concessão de crédito ao consumo, apesar dos seus estatutos lhe permitirem a realização de todas as atividades geralmente permitidas aos bancos. O seu capital social, de 45 661 800 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado e é representado por 9 132 360 ações ao portador de 5 Euro cada.

O acionista de referência é a casa-mãe do Grupo BNP Paribas Personal Finance, em França, o BNP Paribas Personal Finance, S.A., que, por sua vez, integra o Grupo BNP Paribas.

NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

Até 31 de dezembro de 2015 as demonstrações financeiras do Banco eram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal tinham como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adotadas pela

União Europeia, com exceção das matérias definidas nos nº2 e 3 do Aviso 1/2005 e nº 2 do Aviso 4/2005 do Banco de Portugal (NCA's). As NCA's incluíam as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores, com exceção dos aspetos já referidos e que se encontram definidos nos Avisos 1/2005 e 4/2005 do Banco de Portugal, nomeadamente (i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual era utilizado o disposto no aviso 3/95 do Banco de Portugal; (ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e (iii) restrição da aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

A partir de 1 de janeiro de 2016, na sequência da publicação do Aviso 5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal, as Demonstrações Financeiras individuais do Banco passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

Na sequência desta alteração, a carteira de crédito concedido, garantias prestadas e outras operações de natureza análoga passaram a estar sujeitas à constituição de perdas por imparidade calculadas de acordo com os requisitos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 - Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração (IAS 39), em substituição do registo de provisões para riscos específicos e para riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso 3/95, de 30 de junho, do Banco de Portugal. Deste modo, o Banco aplicou retrospectivamente a nova política nas suas Demonstrações Financeiras com referência ao primeiro período comparativo apresentado, ou seja, a 1 de janeiro de 2015. Neste sentido, o Balanço em 1 de janeiro e a 31 de dezembro de 2015 e as Demonstrações do Rendimento Integral e de Alterações nos Capitais Próprios do período findo em 31 de dezembro de 2015, foram reexpressos.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2017. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Euros.

As Demonstrações Financeiras do Banco foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros disponíveis para venda. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzidos dos respetivos custos de venda.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivo suporte documental, mantidos de acordo com as disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo decreto-lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias e forma a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 2.15.

NOTA 2 – PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos pelo Banco na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O Banco classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda. A gestão determina a classificação dos seus investimentos de acordo com o reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação, o justo valor é o montante pelo qual um ativo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efetuar a transação. Na data de transação ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efetuada a transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de ativos financeiros é determinado com base em:

- preços de um mercado ativo;
- técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("Discount cash flow") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efetuado ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.1.1 Créditos e outros valores a receber

O crédito e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, acrescido das receitas e despesas associadas à contratação das operações de crédito, que são reconhecidas na proporção do registo dos respetivos juros.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica “crédito a clientes” reflete o capital ainda não vencido e o capital, juros e outros valores contidos nas prestações vencidas e não pagas. Estes últimos estão distribuídos por classes de risco que refletem o escalonamento temporal do capital, juros e outros valores vencidos, em função do período decorrido após o respetivo vencimento.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados nas contas extrapatrimoniais pelo valor em risco.

O princípio contabilístico da especialização dos exercícios é seguido relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere aos juros contidos nas prestações de contratos de crédito e aos juros de financiamento obtido que são contabilizados como proveitos ou custos, respetivamente, à medida que vão sendo gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. É sempre considerado como proveito os primeiros 3 meses de juros de uma operação ativa, sendo que, sempre que uma operação ativa se encontra vencida há mais de 3 meses, é terminada a contabilização de proveitos adicionais até que estes sejam efetivamente recebidos.

2.1.2 Imparidade associada ao crédito a clientes

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

A metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

Dadas as características da carteira de crédito do Banco, apenas são efetuadas análises individuais relativamente ao crédito concedido a parceiros de negócio, sendo a restante carteira, referente a crédito de pequenos montantes concedido maioritariamente a particulares, analisada numa base coletiva.

Para os ativos analisados coletivamente, o Grupo identifica segmentos de negócio relativamente aos quais estima os fluxos de caixa futuros com base na análise histórica do comportamento de carteiras com características semelhantes, sendo posteriormente atualizados à taxa de juro contratual.

A metodologia utilizada pelo Grupo para determinação das perdas por imparidade associadas ao crédito utiliza pressupostos determinados com base na experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante.

Caso o Banco utilizasse diferentes critérios e pressupostos na determinação das perdas por imparidade, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, o Banco considera que a metodologia utilizada reflete de forma adequada o risco de incumprimento associado a estes ativos.

2.1.3 Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo; (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Os outros passivos financeiros incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, e outros passivos subordinados.

2.3 Ativos e passivos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio oficial, divulgada pelo Banco de Portugal, em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

O Banco não possui no seu ativo ou passivo elementos em moeda estrangeira.

2.4 Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.



No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

2.5 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos, em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.6 Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica custos de aquisição de sistemas informáticos, assim como os custos necessários à sua implementação, custos com registo de marcas e direitos de ingresso, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período entre 3 a 5 anos para o software e despesas de desenvolvimento. No caso dos custos com o registo de marcas, pelo período pelo qual a Gestão estima que a marca será utilizada (entre os 5 e os 10 anos).

Os custos plurianuais referem-se a encargos com o desenvolvimento de projetos e são diferidos para períodos contabilísticos futuros, sendo amortizados em função da vida útil esperada do projeto.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.7 Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são ativos utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são diretamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Com exceção do imobilizado em curso, que será amortizável apenas a partir da sua entrada em funcionamento, todos os bens são amortizados por duodécimos, pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, durante os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Nº Anos
Obras em edifícios arrendados	4 - 10
Instalações interiores	4 - 10
Mobiliário e Material	8 - 10
Máquinas e Ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Material de Transporte	4
Outros	8

2.8 Locação financeira

A contabilização de um contrato de locação é efetuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, consoante o Banco assume o papel de locador ou locatário:

a) Como locador:

Os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados em rendimentos enquanto as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor global

do crédito inicialmente concedido. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

b) Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo, na rubrica “Outros ativos tangíveis” por contrapartida da rubrica “Outros passivos”, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. Os outros ativos tangíveis são amortizados conforme descrito na Nota 2.7.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em gastos e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzido à rubrica “Contas de regularização do passivo”.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

2.9 Ativos recebidos por recuperação de crédito

A política do Banco para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Os ativos recebidos por recuperação de crédito são classificados na rubrica de ativos não correntes detidos para venda, uma vez que cumpram com os seguintes critérios:

- existência de um plano de venda;
- o ativo estar disponível para venda imediata;
- a venda ser altamente provável;
- o preço de venda ser coerente com os preços de mercado;
- ser expectável que a venda seja completada no prazo de um ano.

Estes ativos são inicialmente registados pelo menor valor de entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação.

Subsequentemente, estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade e são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor e não são amortizados. As perdas por imparidade com estes ativos são registadas em resultados e poderão ser revertidas até à extensão em que foram reconhecidas anteriormente.

2.10 Provisões

São reconhecidas provisões quando o Banco (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.11 Benefícios aos empregados

A sociedade não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical do sector bancário pelo que a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é assegurada pelo Sistema de Segurança Social.

O bónus a empregados atribuído pelo Banco é contabilizado em resultados no exercício a que respeita.

2.12 Fiscalidade

A Instituição está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) e correspondente Derrama, bem como à contribuição extraordinária sobre o sector bancário.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente. Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

2.13 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações criados para providenciar produtos ou serviços, sujeitos a riscos e a benefícios, diferentes dos verificados noutros segmentos.

Um segmento geográfico está associado à oferta de produtos ou serviços num ambiente económico específico, caracterizado por ter riscos e benefícios distintos dos verificados em segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.15 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Banco efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores, incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas atuais circunstâncias. Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

a) Imparidade para crédito a clientes

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar a necessidade de reforço da imparidade associada ao crédito a clientes, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis, incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

b) Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos ativos no pressuposto da existência de matéria coletável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de imposto utilizada para efeitos de apuramento de impostos diferidos foi de 28,5% (em 2015 a taxa considerada foi de 22,5%), passando a incluir a derrama estadual por se entender como provável a atribuição de diferenças temporárias no período estimado da aplicação da referida taxa.

c) Justo valor de ativos financeiros não cotados

O justo valor de ativos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado. Os resultados alcançados com este modelo dependem dos pressupostos utilizados.

2.16 Alterações de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Queremos, contudo, salientar que, a partir de 2016, o Banco passou a reconhecer de forma mais célere os recebimentos no caso dos créditos em gestão contenciosa, que passaram a ser reconhecidos à medida do seu recebimento e não apenas no momento do encerramento de contas. No entanto, entendemos não se tratar de uma alteração voluntária de política contabilística, mas sim de uma maior adequação da prática contabilística àquela que já era a política contabilística globalmente assumida pelo Banco.

NOTA 3 – INFORMAÇÃO REQUERIDA PELA CARTA CIRCULAR Nº02/2014/DSP DO BANCO DE PORTUGAL

Divulgações qualitativas:

3.1 Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)

As regras de cálculo da imparidade do Banco são definidas a nível Central pelo Grupo BNP Paribas Personal Finance (adiante designado “Grupo”) e a aprovação do mesmo assegurado por ambos os Diretores Funcionais (Risco e Financeiro).

O processo de cálculo da imparidade e de atualização da metodologia do provisionamento económico é realizado e validado pela Direção de Risco, sendo posteriormente assegurado um controlo de 2º nível pela Direção Financeira relativamente à coerência dos resultados obtidos. De referir que os Diretores destas duas áreas validam igualmente os resultados obtidos.

Os resultados do cálculo da imparidade e respetiva análise de desvios são ainda apresentados e discutidos mensalmente em Comité Executivo e trimestralmente nos Conselhos de Administração do Banco.

No que respeita à gestão do risco de concentração de Crédito, o Grupo BNP Paribas não considera que este deva ser analisado ou definido como um novo tipo de risco, mas antes como uma forma específica de considerar um determinado risco. Assim, a concentração é geralmente um efeito de segunda ordem que deve ser colocado em perspetiva com os fatores de risco primários, ou seja, probabilidade de ocorrência e gravidade.

O Grupo está organizado por linhas de negócio, sendo que cada linha de negócio gere um conjunto de entidades em setores específicos e nos países onde opera e exerce a sua atividade. Tendo em conta o grau de concentração e o tipo de atividade de cada entidade, o nível de concentração/diversificação deve ser analisado ao nível do Grupo.

Desta forma, o Grupo determina que o risco de concentração não deve ser estudado de forma isolada, mas antes como um eixo de análise suplementar a partir dos principais fatores de risco.

Não obstante e com o intuito de responder ao solicitado na Instrução 5/2011 do Banco de Portugal, o Banco efetua anualmente uma análise ao risco de concentração de crédito, análise esta levada a cabo pelo Departamento de *Credit Risk Analytics*, departamento que reporta hierarquicamente à Direção de Risco da entidade.

3.2 Política de *Write-off* de créditos

A atual política do Banco é de não realização de *Write-off* de créditos.

3.3 Política de reversão de imparidade

No caso dos ativos financeiros sujeitos a análise individual (crédito a parceiros de negócio), poderá existir uma reversão de imparidade sempre que os indícios de imparidade assim o justifiquem. No caso do crédito a clientes, a análise é efetuada por grupos homogéneos de ativos, pelo que a reversão de imparidade está refletida num montante global de provisionamento e não especificamente para cada contrato de crédito.

3.4 Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável)

Não Aplicável.

3.5 Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos

São realizadas pela instituição reestruturações de dívida (RED) relacionadas com dificuldades financeiras do devedor. Estas reestruturações são feitas na atividade de recuperação de crédito, uma vez que a existência de pelo menos um incumprimento é uma das condições para a sua execução. O procedimento da realização de RED's define com grande detalhe as regras para a sua realização. Para efeitos de cálculo de provisões, a RED é tida como um segmento independente, para o qual são calculadas *Probabilities of Default* (PD's) e *Loss Given Default* (LGD's) específicas, adequadas ao historial desta tipologia de crédito. A metodologia utilizada para o cálculo dos coeficientes de provisionamento é idêntica à metodologia descrita para a restante carteira de crédito, com a particularidade de ter uma provisão para toda a carteira (incluindo carteira sã).

O adiamento de mensalidades para o final do contrato clássico é também considerado como reestruturação de dívida. Nestes casos, o contrato mantém o segmento de negócio original mas com uma taxa de risco mais degradada.

3.6 Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

A avaliação e gestão de colaterais não se adequa ao processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito e razoabilidade da imparidade individual e coletiva.

No sector automóvel, o Banco trabalha com a reserva de propriedade e a viatura como colateral. Contudo, a valorização destes colaterais não é utilizada para efeitos de cálculo da imparidade por se considerar que existe risco de sub-provisionamento relacionado com a incerteza relativamente à deterioração dos veículos.

3.7 Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

A determinação da imparidade baseia-se no real constatado com base em observações históricas e na realização de estimativas sobre a evolução futura dos fluxos de caixa recuperáveis, incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

3.8 Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portfólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos

A metodologia de análise da imparidade definida pelo Grupo prevê a realização de análises de imparidade de forma individual para ativos financeiros relativamente aos quais se considera que o valor agregado da exposição é individualmente significativo e, de forma coletiva, para grupos homogêneos de ativos de montante individual não significativo.

A carteira de crédito concedida a parceiros de negócio é objeto de uma análise específica de imparidade. Os ativos respetivos são, portanto, avaliados de forma individual no sentido de apurar a respetiva imparidade. São também alvo de análise individual de imparidade os contratos de crédito concedidos a particulares sobre os quais foram detetados fortes indícios de práticas não conformes com a política de risco do Banco (exemplo: fraude) e que, por esse motivo, não puderam ser integrados em grupos homogêneos de ativos com características de risco similares, cuja imparidade pudesse ser analisada de forma coletiva.

Para a restante carteira de crédito concedido, considerou-se a metodologia que descreveremos em seguida, que reflete o estudo de provisionamento económico efetuado de acordo com as normas do Grupo:

Princípio 1: De acordo com a metodologia de análise de imparidade definida pelo Grupo, a carteira de crédito em incumprimento é composta pela componente vencida e não paga e pela componente vincenda desse mesmo contrato de crédito.

Princípio 2: Nesta carteira reconhecemos a componente de juros e penalidades anuladas.

Estes dois princípios representam uma diferença, quando comparamos a carteira de crédito económica e a carteira de crédito apresentada nas Demonstrações Financeiras, estas últimas expurgando a componente de juros e penalidades cobrados após 90 dias de incumprimento.

3.9 Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito

Todo o evento suscetível de reduzir a rentabilidade dum contrato de crédito face ao que estava previsto originalmente deve ser objeto duma provisão.

Apresenta evidência objetiva de imparidade qualquer contrato que esteja pelo menos numa de entre as três seguintes condições:

- 1) Contrato em incumprimento, isto é, que tenha pelo menos uma mensalidade não paga;
- 2) Contrato clássico com facilidades de pagamento, isto é, transferência para o final do contrato de uma ou mais mensalidades não pagas;
- 3) Produto que tenha sido alvo de reestruturação de dívida (RED).

Para efeitos de cálculo de coeficientes de provisionamento, é realizada uma segmentação por grupos homogêneos de créditos com características de produção semelhantes. Numa primeira segmentação, a carteira de crédito é repartida por sector de negócio e, numa segunda segmentação, a carteira de créditos de cada um destes setores de negócio é repartida pelos diferentes níveis de incumprimento.

3.10 Indicação dos limiares definidos para análise individual

Todo o crédito concedido a parceiros de negócio é alvo de análise individual. A decisão de crédito é inicialmente tomada pela organização (dentro dos níveis de competência atribuídos) e validada pelas equipas de risco (a nível local, regional e central do Grupo), em conformidade com a grelha de competências em vigor.

Em caso de desacordo entre as áreas comerciais, operacionais e o risco, utiliza-se o processo de escalada entre os vários níveis para a tomada de decisão.

O processo de constituição e manutenção das provisões afetas a este tipo de crédito tem por base uma análise individualizada da situação do parceiro feita pela equipa de risco local e segue o mesmo processo de delegação de poderes, em conformidade com as grelhas de competência em vigor.

3.11 Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento

As notações de risco interno baseiam-se em modelos discriminantes que têm na sua base critérios de atraso assentes na probabilidade de transmissão a contencioso.

A metodologia de cálculo da imparidade utiliza a probabilidade de transmissão a contencioso como a base de cálculo da taxa de perdas a termo de um contrato de crédito.

Desta forma, podemos assumir que existe uma relação direta entre os graus de risco interno e os coeficientes de provisionamento utilizados de acordo com a metodologia de cálculo da imparidade.

3.12 Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no apuramento das perdas por imparidade avaliadas individualmente e coletivamente

Para efeitos de cálculo da percentagem de encaixe em Contencioso, procede-se à análise histórica dos pagamentos obtidos em Contencioso por geração de transmissão. Desta forma e com o objetivo de determinar uma taxa de perdas estimada após o período de tratamento em contencioso, é calculada uma percentagem média ponderada dos últimos 3 anos (12 trimestres) de encaixe/ recebimentos em Contencioso. Os *cash-flows* de encaixes futuros são atualizados à taxa anual nominal média dos contratos que se encontram em contencioso, para o cálculo da taxa de perdas da carteira em contencioso, ou à taxa anual nominal média dos contratos que ainda não se encontram em contencioso, para o cálculo da taxa de perdas das novas transmissões a contencioso, respetivamente.

No caso de ocorrência de uma venda de carteira em contencioso, a metodologia foi adaptada no sentido de não alterar as respetivas crónicas de encaixe. Para a previsão da taxa de perdas dos contratos transmitidos a contencioso após a venda, são incorporados os perfis de encaixe da carteira vendida. Esses perfis são reais até ao momento da venda e são estimados tendo como base o preço de venda para os momentos pós-venda.

3.13 Descrição do(s) período(s) emergente(s) utilizado(s) para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

Se uma mensalidade entra em incumprimento, passa no imediato a ser alvo de tratamento e de provisionamento.

3.14 Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

A descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito encontra-se na alínea G da Nota 31 deste documento.

3.15 Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade e alterações nos principais pressupostos

Ao abrigo da carta do Banco de Portugal com a referência CC/2017/00000900-G e da Instrução Nº 4/2011 - Testes de Esforço, com data de 2017/02/03, onde é concedida a isenção do dever de reporte dos testes de esforço com datas de referência de 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017, não são apresentados resultados das análises de sensibilidade ao montante de imparidade com data de referência a 31 de dezembro 2016.

A isenção do reporte não invalida a continuidade do respetivo cálculo que será realizado em 2017 nas vertentes de: testes de sensibilidade; testes de cenário e reverse stress tests.

NOTA 4 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 é a seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Fundos de caixa	500	1 500	1 000
Caixa - Agências	4 338	4 567	2 273
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	45 007 528	3 764 343	-
Total	45 012 366	3 770 410	3 273

Neste âmbito, destaca-se a criação, em 2015, de um depósito no Banco de Portugal para cumprir com os requisitos mínimos definidos relativamente ao Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) do Banco.

NOTA 5 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 é a seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Instituições de crédito no país			
BNP Paribas	18 975 646	12 375 915	2 667 299
Outras instituições de crédito	9 005 045	3 859 690	3 899 455
Total	27 980 691	16 235 605	6 566 754

O aumento das disponibilidades prende-se igualmente com a necessidade de reforçar o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) do Banco.

NOTA 6 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 é a seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Depósitos a prazo	50 000 000	26 250 000	-
Juros depósitos a prazo	885	333	-
Total	50 000 885	26 250 333	-

O aumento das disponibilidades prende-se com a necessidade de reforçar os Rácios de Cobertura de Liquidez (LCR) do Banco.

O Depósito de €50M foi realizado em dezembro de 2016, com curta duração.

NOTA 7 - CRÉDITO A CLIENTES

Com referência a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Carteira Crédito			
Parceiros	20 624 921	25 406 018	22 385 152
Particulares e empresas			
- Crédito retalho	79 416 494	65 967 078	53 896 380
- Crédito direto	403 248 884	322 270 366	265 984 813
- Crédito automóvel	483 687 826	371 541 683	309 171 021
- Locação financeira	102 054 165	105 396 669	105 233 816
- Conta permanente	397 302 618	338 439 316	306 845 429
- Outros	2 186 790	4 166 454	7 419 315
Sub-total	1 488 521 697	1 233 187 585	1 070 935 925
dos quais em atraso	124 544 048	115 883 256	113 334 608
Despesas e Receitas com encargo diferido			
- Despesas com encargo diferido	56 324 533	38 883 462	25 561 887
- Juros a receber de clientes	8 662 086	7 274 274	6 773 618
- Receitas com rendimento diferido	(8 475 187)	(8 255 943)	(7 064 266)
Sub-total	56 511 433	37 901 793	25 271 239
Total bruto de crédito a clientes	1 545 033 130	1 271 089 378	1 096 207 164
Imparidade p/ risco crédito (Nota 8)	(118 546 385)	(109 532 663)	(99 670 951)
Sub-total	(118 546 385)	(109 532 663)	(99 670 951)
Total líquido de crédito a clientes	1 426 486 745	1 161 556 715	996 536 213

A cobertura relativa do crédito e juros em atraso pela imparidade para crédito vencido era de 95% em dezembro de 2016 (semelhante a dezembro de 2015).

O movimento ocorrido na imparidade entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016 é apresentado na Nota 8 - Provisões e Imparidade.

NOTA 8 - PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido em imparidade e provisões entre 31-12-2015 e 31-12-2016 foi o seguinte:

	31-12-2015 (reexpresso)	Constituições reforços	Reposições anulações	Utilizações	valores em EUR 31-12-2016
Provisões - outros riscos e encargos					
Resultados de exploração (Nota 25)	2 309 786	537 474	(854 774)	(29 088)	1 963 399
Gastos gerais administrativos	12 373 101	3 779	-	-	12 376 880
Total provisões	14 682 887	541 253	(854 774)	(29 088)	14 340 279
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 9)	10 195	46 561	(45 407)	-	11 348
Imparidade para crédito (Nota 7)	109 532 663	16 951 221	(7 937 499)	-	118 546 385
Total imparidade	109 532 663	16 951 221	(7 937 499)	-	118 546 385
Total	124 225 745	17 539 035	(8 837 680)	(29 088)	132 898 012

O movimento ocorrido em imparidade e provisões entre 01-01-2015 e 31-12-2015 foi o seguinte:

	01-01-2015 (reexpresso)	Constituições Reforços	Reposições Anulações	Utilizações	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Provisões - outros riscos e encargos					
Resultados de exploração (Nota 25)	2 360 683	217 622	(268 518)	-	2 309 786
Gastos gerais administrativos	7 500 000	4 873 101	-	-	12 373 101
Total provisões	9 860 683	5 090 722	(268 518)	-	14 682 887
Imparidade de ativos não correntes detidos para venda (Nota 9)	73 643	54 359	(117 807)	-	10 195
Imparidade para crédito (Nota 7)	99 670 951	15 844 324	(5 982 612)	-	109 532 663
Total imparidade	99 670 951	15 844 324	(5 982 612)	-	109 532 663
Total	109 605 277	20 989 405	(6 368 937)	-	124 225 745

As provisões para outros riscos e encargos, na vertente Gastos Gerais Administrativos, incluem uma provisão relacionada com a potencial



contribuição extraordinária do Banco para o Fundo de Resolução, sobre os processos de venda do Novo Banco e de resolução do Banif, que se encontram a decorrer.

A rubrica provisões e imparidade em resultados é composta por:

	31-12-2016	<u>valores em EUR</u> 31-12-2015 (reexpresso)
Variação imparidade de ativos não correntes detidos para venda	1 153	(63 448)
Variação imparidade para crédito	9 013 722	9 861 711
Passagens a perdas não cobertas por imparidade	1 669 779	1 627 871
Recuperações de créditos abatidos ao ativo	(1 054 747)	(2 339 607)
Total	9 629 908	9 086 527

NOTA 9 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A composição desta rubrica entre 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 foi a seguinte:

	31-12-2016			<u>valores em EUR</u> 31-12-2015 (reexpresso)	<u>01-01-2015 (reexpresso)</u>
	Valor Bruto	Imparidade (ver Nota 8)	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamentos - viaturas recuperadas	160 646	(10 150)	150 496	140 902	102 599
Imóveis	507 604	(1 198)	506 406	506 406	506 406
Total	668 250	(11 348)	656 902	647 307	609 005

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda, desenvolvendo todos os esforços com vista à concretização do plano de alienação estabelecido.

NOTA 10 - ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nas rubricas do imobilizado e respetivos saldos entre 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016:

valores em EUR

	31-12-2015 (reexpresso)				Movimentos		Abates		Amortização	Imparidade	31-12-2016			
	Valor Bruto	Amort. Acum	Imparidade	Valor Líquido	Aquisições	Transfer.	V Bruto	Am. Acum.	Período	Período	Valor Bruto	Amort. Acum	Imparidade	Valor Líquido
Outros ativos Tangíveis														
Obras em imóveis arrendados	6 787 777	(3 289 538)	-	3 498 240	47 103	479 202	-	-	(659 582)	-	7 314 081	(3 949 120)	-	3 364 961
Equipamento:													-	
Mobiliário e material	1 470 238	(1 055 534)	-	414 703	13 193	15 730	(7 627)	7 367	(91 099)	-	1 491 534	(1 139 267)	-	352 267
Máquinas e ferramentas	1 040 809	(928 307)	-	112 501	2 923	-	(3 123)	3 101	(22 760)	-	1 040 608	(947 967)	-	92 641
Equipamento informático	7 382 857	(6 391 246)	-	991 610	1 332 107	-	(207 973)	207 376	(796 866)	-	8 506 990	(6 980 737)	-	1 526 254
Instalações interiores	1 726 554	(1 648 768)	-	77 786	-	-	-	-	(50 387)	-	1 726 554	(1 699 155)	-	27 399
Equipamento de segurança	678 113	(615 742)	-	62 371	6 083	3 533	(151)	151	(23 421)	-	687 578	(639 012)	-	48 566
Outros ativos	33 537	(33 537)	-	-	-	-	-	-	-	-	33 537	(33 537)	-	-
Imóveis em regime de locação financeira	171 062	(30 791)	-	140 271	-	-	-	-	(2 566)	-	171 062	(33 357)	-	137 705
Imobilizado em curso	232 231	-	-	232 231	383 940	(216 784)	-	-	-	-	399 389	-	-	399 389
	19 523 178	(13 993 464)	-	5 529 714	1 785 349	281 681	(218 875)	217 995	(1 646 682)	-	21 371 334	(15 422 151)	-	5 949 182
											-	-		
Ativos intangíveis														
Marcas e patentes	1 986	(1 986)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 986	(1 986)	-	-
Custos plurianuais	8 433 832	(7 593 332)	-	840 500	-	-	-	-	(246 000)	-	8 433 832	(7 839 331)	-	594 501
Sist. tratam. aut. dados	17 913 722	(14 843 344)	(168 159)	2 902 220	96 233	2 240 099	-	-	(1 526 684)	168 159	20 250 056	(16 370 030)	-	3 880 026
Imobilizado em curso	787 664	-	-	787 664	2 815 986	(2 521 780)	-	-	-	-	1 081 870	-	-	1 081 870
	27 137 204	(22 438 661)	(168 159)	4 530 384	2 912 220	(281 681)	-	-	(1 772 684)	168 159	29 767 744	(24 211 347)	-	5 556 397
Ativo imobilizado	46 660 382	(36 432 125)	(168 159)	10 060 098	4 697 569	0	(218 875)	217 995	(3 419 366)	168 159	51 139 077	(39 633 498)	-	11 505 579

Movimentos ocorridos nas rubricas do imobilizado e respetivos saldos entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015:

	valores em EUR													
	01-01-2015(reexpresso)				Movimentos		Abates		Amortização	Imparidade	31-12-2015(reexpresso)			
	Valor Bruto (V.B.)	Amort.Acum	Imparidade	Valor Líquido	Aquisições	Transfer.	V.B.	Am.Acum.	Período	Período	Valor Bruto	Amort.Acum	Imparidade	Valor Líquido
Outros ativos tangíveis														
Obras em imóveis arrendados	7 175 985	(5 010 172)	-	2 165 813	12 746	243 3413	(2 834 367)	283 4367	(111 3730)	-	6 787 777	(3 289 538)	-	3 498 239
Equipamento:														
Mobiliário e material	1 815 387	(1 598 362)	-	217 025	220 797	594 19	(625 365)	622 639	(79 812)	-	1 470 238	(1 055 534)	-	414 703
Máquinas e ferramentas	932 786	(901 102)	-	31 685	752	107 270	-	-	(27 206)	-	1 040 809	(928 307)	-	112 501
Equipamento informático	7 808 162	(7 006 832)	-	801 330	493 785	189 599	(1 108 688)	1 108 688	(493 102)	-	7 382 857	(6 391 246)	-	991 610
Instalações interiores	2 111 140	(1 974 750)	-	136 390	-	-	(384 585)	384 549	(58 568)	-	1 726 554	(1 648 768)	-	77 786
Equipamento de segurança	645 190	(566 856)	-	78 334	-	32 923	-	-	(48 886)	-	678 113	(615 742)	-	62 371
Outros ativos	33 537	(33 537)	-	-	-	-	-	-	-	-	33 537	(33 537)	-	-
Imóveis em regime delocação financeira	171 062	(28 225)	-	142 837	-	-	-	-	(2 566)	-	171 062	(30 791)	-	140 271
Imobilizado em curso	167 445	-	-	167 445	2 876 833	(2 812 046)	-	-	-	-	232 231	-	-	232 231
	20 860 693	(17 119 835)	-	3 740 859	3 604 912	10 578	(4 953 006)	4 950 244	(1 823 871)	-	19 523 178	(13 993 464)	-	5 529 714
Ativos intangíveis														
Marcas e patentes	1 986	(1 986)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 986	(1 986)	-	-
Custos plurianuais	8 433 832	(7 347 332)	-	1 086 500	-	-	-	-	(246 000)	-	8 433 832	(7 593 332)	-	840 500
Sist. Tratam. Aut. Dados	15 326 483	(13 543 583)	(672 640)	1 110 259	(4 133)	2 591 373	-	-	(1 299 762)	504 480	1 7913 722	(14 843 344)	(168 159)	2 902 219
Imobilizado em curso	1 035 723	-	-	1 035 723	2 353 892	(2 601 950)	-	-	-	-	787 664	-	-	787 664
	24 798 023	(20 892 901)	(672 640)	3 232 482	2 349 758	(10 578)	-	-	(1 545 762)	504 480	27 137 204	(22 438 661)	(168 159)	4 530 384
Ativo imobilizado	45 658 717	(38 012 736)	(672 640)	6 973 341	5 954 671	-	(4 953 006)	4 950 244	(33 69 633)	504 480	46 660 382	(36 432 125)	(168 159)	10 060 098

NOTA 11 - PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 é como segue:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Imposto corrente sobre os lucros (1+2+3+4+5)	16 257 553	16 424 360	29 328 952
Imposto sobre os lucros do exercício (1)	15 205 739	17 721 430	23 146 147
Contribuição do sector bancário (2)	1 055 818	719 095	612 441
Excesso / insuficiência de estimativa de imposto s/ lucros (3)	11 532	(567 116)	(181 664)
Correcções de liquidações fiscais (4)	(15 537)	(188 378)	(96 301)
Impacto fiscal implementação modelo imparidade (reexpressão) (5)	-	(1 260 670)	5 848 330
Impacto fiscal implementação modelo imparidade (acumulado ano anterior) (6)	4 587 660	5 848 330	-
Pagamentos por conta (7)	(15 580 563)	(20 027 688)	(13 870 932)
Retenções na fonte por terceiros (8)	-	-	-
IRC a pagar (1+5+6-7-8)	4 212 836	2 281 402	15 123 545
IRC a recuperar (1+5+6-7-8)	-	-	-
Resultado antes de imposto	55 091 237	46 734 148	96 468 908
Taxa efetiva de imposto	29,51%	35,14%	30,40%

O imposto sobre o rendimento do período apurado com referência a 31 de dezembro de 2015, ascendia a 17 721 430 Euros, dos quais 20 027 688 Euros foram liquidados através de pagamentos por conta. A estimativa realizada no exercício de 2015 apresentou um défice face ao montante efetivamente pago em 2016 de 11 532 Euros.

Em dezembro 2016 foi apurado um valor a pagar de 4 212 836 Euros em resultado dos impactos fiscais apurados pela implementação das IFRS.

A rubrica “Correções de liquidações Fiscais” a 31 de dezembro de 2015 e 2016 evidencia um reembolso de imposto relativo a IRC de 1995 a 2000 da sociedade ex-Credifin.

A taxa efetiva de imposto ascende a 29.51% em dezembro de 2016 (35.14% em dezembro de 2015).

NOTA 12 - ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A base da composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 é como segue:

					valores em EUR
Base de Imposto Diferido	Base 01-01-2015 (reexpresso)	Acrésc. / Deduções fiscais de 2015	Base 31-12-2015 (reexpresso)	Acrésc. / Deduções fiscais de 2016	Base 31-12-2016
Ativo					
Imparidade para crédito	29 965 106	(1 029 813)	28 935 293	(1 394 258)	27 541 035
Outras Provisões Tributadas	8 743 135	4 210 761	12 953 896	(530 343)	12 423 553
Outras Provisões p/ Riscos e encargos	1 590 519	(705 919)	884 600	868 170	1 752 770
Total	40 298 760	2 475 029	42 773 789	(1 056 432)	41 717 358

Os valores de ativos por impostos diferidos, no montante de 41 717 358 euros a 31-12-2016, são calculados, fundamentalmente, sobre provisões constituídas não aceites fiscalmente.

						valores em EUR	
	Imposto Diferido	Imposto Diferido 01-01-2015 (reexpresso)	Reconhecimento Exercício 2015	Imposto Diferido 31-12-2015 (reexpresso)	Reconhecimento Exercício 2016	Impacto da alteração da taxa de imposto Diferido	Imposto Diferido 31-12-2016
Ativo							
Imparidade para crédito		6 742 149	(231 708)	6 510 441	(313 708)	1 652 462	7 849 195
Outras Provisões Tributadas		1 967 205	947 421	2 914 627	(119 327)	745.413	3 540 713
Outras Provisões p/ Riscos e encargos		357 867	(158 832)	199 035	195 338	105 166	499 539
Total		9 067 221	556 882	9 624 103	(237 697)	2 503 041	11 889 447

Em 31 de dezembro de 2016, a taxa de imposto utilizada para efeitos de apuramento de impostos diferidos foi de 28,5%, passando a incluir uma estimativa para a derrama estadual, por se entender como provável a atribuição de diferenças temporárias no período estimado da aplicação da referida taxa. Em 2015, a taxa de imposto diferido utilizada (22.5%), não incluía a derrama estadual.

NOTA 13 - OUTROS ATIVOS

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 é como segue:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Outros Devedores			
- Clientes c/c	1 783 842	11 150 240	4 651 792
- Adiantamentos a advogados e agentes de execução	1 152 113	1 003 233	544 834
- Sector Público Administrativo	50 736	858 146	858 473
- Seguros de crédito e outros	398 622	259 942	241 419
- Devedores diversos	1 444 049	1 488 458	2 833 918
Sub-total	4 829 362	14 760 019	9 130 436
Outros rendimentos a receber			
- Comissões de intermediação de seguros	9 244 599	5 941 383	4 356 906
- Gestão de cartões fidelização	886 491	682 330	628 724
- Outros	44 011	719 607	52 256
Sub-total	10 175 101	7 343 320	5 037 886
Despesas com encargo diferido			
- Contratos de manutenção pagos	594 609	800 698	487 169
- Rendas a alugueres	93 141	156 837	133 674
- Outros	3 317	27 114	26 050
Sub-total	724 067	984 649	646 893
Outras contas de regularização			
- Valores cobrados - créditos a imputar	844 476	1 068 422	40 228
- Despesas de dossier a cobrar de clientes	259 162	319 772	334 766
- Impostos a Receber	304 189	185 473	1 030 387
- Outras operações a regularizar	3 933 891	4 458 243	1 903 051
Sub-total	5 341 718	6 031 910	3 308 432
Total	21 070 248	29 119 898	18 123 647

A rubrica “Clientes c/c” compreende, nomeadamente, contas correntes com parceiros de negócio por serviços prestados pelo Banco.

A rubrica “Adiantamentos a advogados e agentes de execução” diz respeito aos adiantamentos feitos à rede de advogados dedicada à recuperação de créditos pela via Judicial.

A rubrica “Sector Público Administrativo” verificou uma redução de 807 410 Euros, maioritariamente fruto do recebimento de um valor reclamado junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, respeitante a comissões processadas entre os períodos de 2006 e 2009. A 31 de dezembro 2015, o valor reclamado encontrava-se provisionado integralmente.

A rubrica “Devedores Diversos” compreende, fundamentalmente, os pré-financiamentos a parceiros de negócio entretanto anulados e já faturados e cauções prestadas a terceiros.

A rubrica de “Comissões de intermediação de seguros” respeita a comissões e valores de participação nos resultados a receber das companhias de seguros com quem a sociedade opera.

O saldo da rubrica “Gestão de cartões” respeita a custos com a emissão e gestão de cartões de fidelidade faturados a parceiros de negócio.

A rubrica “Despesas com encargo diferido” compreende, nomeadamente, a especialização de contratos.

O saldo de “Valores cobrados - créditos a imputar” respeita a recebimentos efetuados nas agências, ainda não depositados no banco.

NOTA 14 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015 é como segue:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Recursos de instituições de crédito no país			
Empréstimos de curto prazo	-	30 000 000	-
Outros recursos de instituições de crédito	-	51 206	-
Sub-total	-	30 051 206	-
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro			
Empréstimos a curto prazo	637 006 000	471 410 000	376 120 000
Empréstimos a médio/longo prazo	698 891 000	532 867 000	425 347 000
Sub-total	1 335 897 000	1 004 277 000	801 467 000
Total recursos de instituições de crédito	1 335 897 000	1 034 328 206	801 467 000
Encargos a pagar - Juros e encargos similares			
Juros e encargos de outras instituições de crédito	1 134 164	1 127 808	1 319 001
Sub-total	1 134 164	1 127 808	1 319 001
Total	1 337 031 164	1 035 456 014	802 786 001

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - Empréstimos de curto prazo” corresponde a tomadas de fundos de muito curto prazo.

O saldo da conta “Recursos de instituições de crédito no país - outros recursos” corresponde a saldos credores de contas de depósitos à ordem.

O saldo de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro” corresponde a financiamentos obtidos diretamente junto do BNP Paribas em França para financiar a atividade do Banco.

A sua decomposição por prazos residuais de vencimento é como segue:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Até 3 meses	279 752 000	180 156 206	123 199 000
De 3 meses a 1 ano	357 254 000	321 305 000	252 921 000
De 1 ano a 5 anos	661 381 000	516 246 000	397 341 000
Mais de 5 anos	37 510 000	16 621 000	28 006 000
Total	1 335 897 000	1 034 328 206	801 467 000

NOTA 15 - RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresentava a seguinte estrutura a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015:

	valores em EUR		
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	01-01-2015 (reexpresso)
Recursos de clientes e outros recursos			
Cauções em contratos de aluguer e outros	2 422 628	2 442 995	3 111 757
Total	2 422 628	2 442 995	3 111 757

A decomposição dos recursos de clientes por prazos residuais é como se segue:

	valores em EUR		
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	01-01-2015 (reexpresso)
Até 3 meses	69 305	13 067	140 994
De 3 meses a 1 ano	239 696	353 987	370 616
De 1 ano a 5 anos	1 528 361	1 584 711	1 591 067
Mais de 5 anos	585 266	491 231	1 009 080
Total	2 422 628	2 442 995	3 111 757

Esta rubrica é composta por cauções de clientes.

NOTA 16 - OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Com referência a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015, esta rubrica é composta pelos seguintes elementos:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	01-01-2015 (reexpresso)
Empréstimo subordinado	10 000 000	-	-
Juros	7 962	-	-
Total	10 007 962	-	-

Com o objetivo de cumprir com os rácios de liquidez e capital requeridos à instituição. foi contraído em junho de 2016 um empréstimo subordinado com a casa-mãe no montante de 10 milhões de euros e pelo período de 10 anos.

NOTA 17 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Credores Diversos - clientes” corresponde a saldos credores originados por pagamentos antecipados, duplicado ou não identificados por parte de clientes.

A rubrica “Credores Diversos - seguradoras” compreende, essencialmente, os prémios cobrados, a pagar às companhias de seguros.

A rubrica “Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária” regista movimentos de regularização associados a transações de tesouraria regularizados nos dias seguintes.

A rubrica “Fornecedores Diversos” diz respeito à faturação de fornecimentos e serviços de terceiros.

As rubricas associadas ao Sector Público e administrativo referem-se aos impostos a pagar do mês de dezembro, relativos ao Imposto de Selo, Retenções na fonte e contribuições para a Segurança Social e dos meses de novembro e dezembro, relativamente ao IVA.

O valor de “Encargos a pagar - Comissões a pagar” corresponde a incentivos a pagar a parceiros comerciais pela angariação de contratos de crédito.

O valor de “Encargos a pagar - por Gastos com o pessoal” corresponde à estimativa de encargos com férias, subsídio de férias, a liquidar em 2017, relativamente a direitos dos colaboradores adquiridos em 2016 e à estimativa de prémio de produtividade atribuída a colaboradores a liquidar no ano seguinte.

O valor de “Encargos a pagar - Publicidade a pagar” corresponde à utilização de meios publicitários referentes ao mês de dezembro.

O valor de “Encargos a pagar - Gastos Gerais Administrativos” corresponde, na sua maior parte, aos valores ainda não pagos relativos a serviços diversos prestados por prestadores de serviços terceiros.

Em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015, esta rubrica apresentava as seguintes componentes:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	valores em EUR 01-01-2015 (reexpresso)
Credores diversos			
Credores diversos - clientes	7 913 850	9 874 566	12 887 766
Credores diversos - seguradoras	6 375 330	2 051 933	2 061 437
Pagamentos a parceiros em curso de apresentação bancária	3 875 128	927 873	1 512 182
Fornecedores diversos	272 740	2 157 190	1 243 335
Outros	310	2 625	14 214
Sub-total	18 437 358	15 014 187	17 718 934
Sector Público Administrativo			
Imposto de selo	1 511 360	949 866	768 462
Contribuições para a Seg. Social	365 975	330 833	324 143
Retenção de impostos na fonte	261 306	261 019	288 656
IVA a pagar	127 254	840 443	488 391
Restantes Impostos	1 501	745	422
Sub-total	2 267 396	2 382 906	1 870 074
Encargos a pagar			
Comissões a pagar	17 197 564	17 212 108	8 407 428
por gastos com o pessoal	4 200 694	3 312 376	3 290 025
Publicidade a pagar	668 624	718 395	645 626
Gastos gerais administrativos	5 427 523	4 330 391	4 344 680
Sub-total	27 494 405	25 573 270	16 687 759
Receitas c/ rendimento diferido			
Comissões de seguro	154 740	18 990	43 273
Outras receitas	750 000	-	-
Sub-total	904 740	18 990	43 273
Outras contas de regularização	288 542	2 036 895	333 847
Total	49 392 441	45 026 248	36 653 887

NOTA 18 - CAPITAL SOCIAL, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O capital de Euros 45 661 800, representado por 9 132 360 ações de valor nominal de 5 Euros cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 2016 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 21 278 milhares de euros (durante 2015 foram distribuídos 43 835 milhares de euros).

Os acionistas do Banco, a 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 1 de janeiro de 2015, são os seguintes:

	31-12-2016		31-12-2015 (reexpresso)		01-01-2015 (reexpresso)	
	Nº Acções	% Capital	Nº Acções	% Capital	Nº Acções	% Capital
BNP Paribas Personal Finance (França)	9 132 356	99,99996%	9 132 356	99,99996%	9 132 356	99,99996%
BNP Paribas (França)	1	0,00001%	1	0,00001%	1	0,00001%
Cetelem Expansion (França)	-	0,00000%	-	0,00000%	1	0,00001%
Cofica Bail (França)	1	0,00001%	1	0,00001%	1	0,00001%
Credit Moderne Ocean Indien (França)	1	0,00001%	1	0,00001%	-	0,00000%
Credit Moderne Antilles Guyane (França)	1	0,00001%	1	0,00001%	-	0,00000%
Leval 3 (França)	-	0,00000%	-	0,00000%	1	0,00001%
Total	9 132 360		9 132 360		9 132 360	

	valores em EUR		
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)	01-01-2015 (reexpresso)
Reserva legal	34 385 141	30 515 929	26 320 788
Resultados transitados	44 812 067	39 093 008	45 172 061
Total	79 197 208	69 608 937	71 492 849

NOTA 19 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Juros de crédito concedido	109 482 318	99 508 385
Comissões - despesas de contrato	4 935 441	4 467 531
Outros	41 432	641 926
Total	114 459 191	104 617 842

O valor das Comissões debitadas a clientes a título de Despesas de Formalização ocorre no momento da concessão do crédito, sendo reconhecidas em resultados na proporção do reconhecimento dos respetivos juros.

NOTA 20 - JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Encargos com Comissões s/ Operações Crédito	29 234 636	19 292 576
Juros de instituições de crédito	13 365 593	14 158 513
Outros juros	277 830	10 538
Total	42 878 059	33 461 627

O valor dos Encargos com Comissões s/ Operações de Crédito regista o valor de remuneração liquidado a parceiros de negócio a título de intermediação na angariação de contratos de crédito, encontrando-se esta rubrica reconhecida em resultados em função da duração dos respetivos créditos.

O valor de juros de instituições de crédito corresponde maioritariamente a juros de empréstimos contraídos junto do BNP Paribas em França para financiamento da atividade do Banco.

O valor dos Outros Juros inclui nomeadamente os juros associados ao Empréstimo subordinado bem como aos juros suportados pelos depósitos mantidos no Banco Central..

NOTA 21 - RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Comissões por:		
Angariação de seguros	18 065 717	15 717 078
Recuperação de crédito	9 120 905	8 494 780
Gestão de cartões - crédito	6 573 190	6 066 841
Apresentação bancária	3 531 036	3 103 524
Mastercard	1 947 362	1 918 708
Anuidades - cartão de crédito	855 826	989 950
Rescisão antecipada	318 655	400 941
Administrativas	180 658	126 418
Outras comissões	129 716	69 756
Total	40 723 065	36 887 996

A rubrica de comissões “Por angariação de seguros” refere-se a comissões recebidas como contrapartida da angariação de contratos de seguro associados aos contratos de crédito.

A rubrica recuperação de crédito refere-se a comissões cobradas pelo atraso nos pagamentos das prestações de crédito.

A rubrica “Gestão de cartões - crédito” refere-se, designadamente, às comissões recebidas de parceiros de negócio pela concessão de crédito sem juros dentro dos cartões de crédito das insígnias.

A rubrica “Apresentação bancária” refere-se a comissões cobradas pelos débitos bancários relacionados com cobranças de mensalidades de crédito concedido.

A rubrica “Mastercard” refere-se a comissões recebidas pela utilização de cartões associados a esta Rede.

A rubrica de “Anuidades” refere-se à cobrança de anuidades dos cartões de crédito.

NOTA 22 - ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica é composta por:

	valores em EUR	
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Comissões por:		
Serviços bancários	1 258 408	1 033 927
Total	1 258 408	1 033 927

A rubrica “Comissões por serviços bancários” integra principalmente os débitos bancários relacionados com cobranças de mensalidades de crédito concedido e serviços bancários.

NOTA 23 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL (LÍQUIDO)

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, são detalhadas como segue:

	valores em EUR	
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Rendimentos		
Ganhos em diferenças cambiais	-	-
Sub-total	-	-
Gastos		
Perdas em diferenças cambiais	-	8
Sub-total	-	8
Total	-	(8)

Em 2015, as perdas em diferenças cambiais referem-se fundamentalmente a faturação recebida de prestadores de serviços sediados fora da Zona Euro.

NOTA 24 - RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhadas como segue:

	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Rendimentos		
Mais-valias na venda de ativos fixos tangíveis	2 070	1 902
Sub-total	2 070	1 902
Gastos		
Menos-valias na venda de ativos fixos tangíveis	-	-
Sub-total	-	-
Total	2 070	1 902

NOTA 25 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

As referidas rubricas, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhadas como segue:

	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Rendimentos		
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	5 134 871	1 754 697
Outros rendimentos associados à gestão de dossiers	724 051	712 581
Variação provisões outros riscos e encargos de exploração (nota 8)	317 300	50 897
Outros rendimentos	75 466	9 824
Total	6 251 688	2 527 999

A rubrica "Recuperação de juros e despesas de crédito vencido" regista a recuperação de valores relativa aos créditos que haviam sido considerados como vencidos.

O forte aumento registado nesta rubrica entre 2015 e 2016 refere-se à alteração do momento do reconhecimento destes recebimentos, no caso dos créditos em gestão contenciosa, que passou a ser feita à medida do seu recebimento e não apenas no momento do encerramento de contas.

NOTA 26 - CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica é composta por:

valores em EUR

Custos com pessoal	31-12-2016			31-12-2015 (reexpresso)		
	Remuneração fixa	Remuneração variável	Total	Remuneração fixa	Remuneração variável	Total
Salários e vencimentos						
Remunerações dos órgãos de gestão						
Conselho Fiscal						
Carlos Alberto Domingues Ferraz	15 312	-	15 312	14 401	-	14 401
Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão	6 598	-	6 598	6 735	-	6 735
Administradores						
Susana Isabel Ribeiro da Silva Godinho A. Ferreira	88 900	22 643	111 543	84 650	17 000	101 650
Serge Leon Maurice Le Bolès	184 553	78 116	262 669	182 889	47 806	230 695
Comité Executivo/ de Direção	1 055 751	245 569	1 301 320	1 208 159	261 816	1 469 975
Funções de Controlo	288 175	34 676	322 851	207 340	31 297	238 637
Remunerações dos restantes colaboradores	12 255 421	1 614 818	13 870 239	11 459 182	856 081	12 315 263
Sub-total	13 894 710	1 995 822	15 890 532	13 163 356	1 214 000	14 377 356
Encargos sociais obrigatórios						
Segurança Social	3 292 478	-	3 292 478	3 054 612	-	3 054 612
Outros encargos	950	-	950	457	-	457
Sub-total	3 293 428	-	3 293 428	3 055 069	-	3 055 069
Outros custos com o pessoal						
Seguros de saúde e de vida	415 995	-	415 995	402 353	-	402 353
Outros	337 122	-	337 122	370 210	-	370 210
Sub-total	753 117	-	753 117	772 563	-	772 563
Total de Custos com Pessoal	17 941 255	1 995 822	19 937 077	16 990 988	1 214 000	18 204 988

As funções de controlo incluem as áreas de *Compliance*, Gestão de Riscos e Auditoria Interna.

O efetivo médio de colaboradores por categorias profissionais distribui-se da seguinte forma:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Funções de direcção	17	17
Funções técnicas e especializadas	589	554
Funções administrativas	5	5
	611	576

Admissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Conselho Fiscal	-	1
Administradores	-	-
Comité Executivo/ de Direcção	3	2
<i>Compliance</i>	1	1
	4	4

Demissões de Colaboradores de acordo com a definição do art.º 2º do Aviso do Banco de Portugal nº10/2011:

	31-12-2016		31-12-2015 (reexpresso)	
	Nº Colaboradores	Valor indemnização	Nº Colaboradores	Valor indemnização
Conselho Fiscal	-	-	1	-
Administradores	-	-	1	-
Comité Executivo/ de Direcção	3	-	-	-
<i>Compliance</i>	-	-	-	-
	3	-	2	-

NOTA 27 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, esta rubrica é composta por:

	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Comunicações e despesas de expedição	4 861 169	5 663 045
Publicidade	4 942 736	5 204 631
Outros serviços especializados	4 855 026	3 385 551
Subcontratação informática	2 685 730	2 373 592
Conservação e reparação	2 501 358	1 809 587
Rendas e alugueres	2 239 715	2 755 464
Avenças e honorários	1 603 961	1 615 816
Deslocações, estadas e representação	1 341 181	1 211 280
Impressos e material de consumo corrente	925 751	730 086
Subcontratação de pessoal	897 972	543 996
Água, energia e combustíveis	559 061	636 912
Contencioso e notariado	465 683	597 869
Informações comerciais	449 609	577 548
Contribuições para Fundos Resolução e Garantia Depósitos	397 362	5 136 025
Formação de pessoal	392 041	315 726
Outros serviços gerais	271 763	92 234
Total	29 390 118	32 649 362

Destacam-se as seguintes rubricas, com valores mais significativos:

i) A rubrica “Comunicações e despesas de expedição” compreende cerca de 2 914 mil euros (2015: 3 790 mil euros) de custos com correio e os restantes cerca de 1 947 mil euros de custos com comunicações;



- ii) A rubrica “Publicidade” integra, nomeadamente, custos com ações promocionais e material publicitário;
- iii) A rubrica “Outros serviços especializados” inclui, essencialmente, serviços de gestão de crédito, serviços de cobrança presencial e serviços de Outsourcing.
- iv) A rubrica “Subcontratação informática” regista, essencialmente, custos com a utilização de meios informáticos;
- v) A rubrica “Avenças e Honorários” compreende, essencialmente, prestações de serviços de advogados e agentes de execução, a maior parte delas relacionadas com a recuperação judicial dos créditos em contencioso;
- vi) A rubrica “Contribuições para Fundos de Resolução e Garantia Depósitos” compreende, em 2015, uma estimativa relacionada com a potencial contribuição extraordinária do Banco para o Fundo de Resolução, sobre os processos de venda do Novo Banco e de resolução do Banif.

NOTA 28 - COMPROMISSOS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão registados os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Compromissos perante terceiros		
Compromissos revogáveis	1 077 547 103	923 688 245
Compromissos irrevogáveis	30 878	-
Sub-total	1 077 577 981	923 688 245
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	30 300 000	248 794
Refinanciamento contratado	148 600 000	98 530 000
Sub-total	178 900 000	98 778 794
Total	1 256 477 981	1 022 467 039

Os compromissos revogáveis perante terceiros representam o montante disponível de crédito não utilizado sobre as linhas de financiamento contratualizadas com os clientes.

As linhas de crédito irrevogáveis refletem os limites contratualizados com instituições bancárias que não se encontram utilizadas pelo Banco.

O refinanciamento contratado refere-se aos montantes de financiamento contratualizados com o Grupo para utilização no mês seguinte.



NOTA 29 -TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A totalidade do financiamento externo é obtido junto do BNP Paribas, pelo que a rubrica “Juros e encargos equiparados” é essencialmente constituída pelos juros destas operações.

Da mesma forma, a quase totalidade da gestão de seguros encontra-se a cargo da Cardif (constituída pelas entidades Cardif Vie e Cardif - Risques Divers), pelo que a rubrica “Comissões - por angariação de Seguros” é essencialmente constituída pelas comissões pagas por essas entidades.

A gestão da frota automóvel do Banco encontra-se igualmente a cargo de uma entidade do Grupo, a Arval Service Lease, S.A., por cujos serviços faturou cerca de 840 milhares euros em 2016.

Resumem-se como se segue os saldos relativos às transações verificadas com partes relacionadas:

Balanço	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Ativos		
Disponibilidades em outras instituições de crédito		
BNP Sucursal Lisboa	18 975 646	12 375 915
Aplicações em instituições de crédito		
BNP Sucursal Lisboa	50 000 000	26 250 000
Juros a receber		
BNP Sucursal Lisboa	885	333
Outros ativos		
Cardif	9 116 595	5 945 779
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	48 940	134 652
CETELEM SERVICIOS SA DE CV (México)	12 061	4 621
CETELEM SLOVENSKO a.s.	23 800	17 371
Cardif Services, AEIE	1 331	-
BNP Sucursal Lisboa	196 487	-
BNP PARIBAS LEASE GROUP, SA	6 089	-
Total ativos	78 381 833	44 728 672
Passivos		
Empréstimos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	-	30 000 000
BNP Paribas, S.A.	1 335 897 000	1 004 277 000
Juros a pagar		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Empréstimos	5 694	2 869
BNP Paribas, S.A.	1 128 470	1 124 939
Empréstimo Subordinado		
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	10 000 000	-
Juros Empréstimo Subordinado		
BNP Paribas Personal Finance, S.A.	7 962	-
Outros Passivos		
Cardif	6 334 551	2 034 706
Total passivos	1 353 373 678	1 037 439 514
Extrapatrimoniais		
Linhas de crédito		
BNP Paribas	148 600 000	98 530 000
Total extrapatrimoniais	148 600 000	98 530 000

Demonstração de Resultados	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Rendimentos		
Juros e proveitos equiparados		
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Depósitos à ordem		
Seguros		
Cardif	17 503 650	15 067 743
Outros serviços prestados		
BNP Paribas Securities Services		
Cetelem CR, a.s	-	24 940
Cetelem Servicios SA de CB (Mexico)	20 676	4 621
Cetelem Slovensko a.s.	40 572	24 019
BNP Paribas Personal Finance (França)	94 617	240 269
BNP Paribas Sucursal Lisboa	196 487	38 529
BNP Paribas Cardif ACE	-	68
Arval Service Lease, S.A.	30	31
BNP Paribas Personal Finance SA (CZ)	-	5 530
BNP Paribas Lease Group, SA	6 089	16 157
Cardif Services, AEIE	1 331	-
Total Rendimentos	17 863 452	15 421 906
Gastos		
Juros e encargos equiparados		
BNP Paribas - empréstimos	13 193 849	14 158 513
BNP Paribas - empréstimo subordinado	171 473	-
BNP Paribas Sucursal Lisboa - Juros Empréstimos	14 818	6 240
Outras Comissões Pagas		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	23 614	5 072
Custos Informáticos/ Outros		
BNP Paribas Net Ltd	61 391	71 200
BNP Paribas Personal Finance	408 500	813 116
BNP Paribas Procurement Tech	385 034	259 744
Laser Symag, S.A.		
Gastos Gerais Administrativos		
BNP Paribas Sucursal Lisboa	-	9 804
BNP Paribas Personal Finance	70 963	86 467
BNP Lease Group PT	38 738	1 269
Arval Service Lease, S.A.	840 556	817 139
BNPP Securities Services	12 087	21 130
Custos com Pessoal		
BNP Paribas Personal Finance	7 205	18 846
Total Gastos	15 228 227	16 268 538

NOTA 30 - PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

Em conformidade com o art.º 4 º do capítulo III da Norma regulamentar nº 15/2009 de 30 de dezembro, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, com o título “Relato Financeiro dos mediadores de Seguros ou de Resseguros”, o Banco apresenta a informação detalhada pelas seguintes rubricas:

A. Políticas contabilísticas

Conforme descrito no ponto 2.5 das notas anexas, o reconhecimento de rendimentos relativos à atividade de mediação de seguros respeita o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos aquando da sua ocorrência e não aquando do seu recebimento ou pagamento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras nos períodos com os quais se relacionam.

O reconhecimento do rédito, conforme disposto na IAS 18, é assegurado pelo recurso a estimativas de rendimentos, nos casos em que o seu apuramento não se encontre faturado.

B. Remunerações relativas a Contratos de Seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as remunerações provenientes da atividade de seguros apresentam os seguintes valores, desagregadas entre atividade do ramo vida e não vida:

	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
RAMO VIDA		
Cardif - Assurance Vie	11 760 332	11 419 005
Companhia Seguros Açoreana. S.A.	335 246	330 905
Card Protection Plan.Sucursal	19 738	36 891
Sub-total	12 115 316	11 786 801
RAMO NÃO VIDA		
Cardif-Assurances Risques Divers	5 743 318	3 648 738
ALICO - AIG LIFE	99 532	114 230
GE Financial Assurance	76 138	129 661
Card Protection Plan.Sucursal	31 414	37 649
Sub-total	5 950 402	3 930 277
TOTAL	18 065 717	15 717 078

Todas as remunerações recebidas têm a natureza de numerário e, quanto à sua tipologia, são classificadas como comissões.

Níveis de concentração de empresas de seguros

A seguradora CARDIF, enquanto companhia de seguros do Grupo, apresenta em 2016 um nível de concentração de 97% (96% em 2015), determinado pelo rácio de rendimentos totais da seguradora sobre o valor total de rendimentos de seguros reconhecidos pelo Banco.

Valores das contas de clientes e volume de prémios

O valor de prémios cobrados por conta das sociedades de seguros ascendeu em 2016 e 2015 aos seguintes valores:

	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Cardif - Assurance Vie	11 266 358	12 272 020
Cardif-Assurances Risques Divers	9 031 165	5 440 150
ALICO - AIG LIFE	423 557	620 169
GE Financial Assurance	153 077	279 030
Card Protection Plan.Sucursal	97 050	118 481
Companhia Seguros Açoreana. S.A.	350	1 234
Total	20 971 556	18 731 084

Valores em contas a pagar - sociedades de seguros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os saldos das contas correntes das sociedades de seguros apresentam os seguintes valores a pagar (receber):

	valores em EUR	
	31-12-2016	31-12-2015 (reexpresso)
Cardif - Assurance Vie	4 473 338	1 411 668
Cardif-Assurances Risques Divers	1 861 214	605 001
GE Financial Assurance	28 438	18 066
Card Protection Plan.Sucursal	8 282	10 332
ALICO - AIG LIFE	4 059	6 867
Total	6 375 330	2 051 933

F. Restantes Informações previstas no DR 15/2009

É entendimento do Banco que as restantes divulgações previstas no decreto-regulamentar 15/2009 não são aplicáveis a esta instituição.

NOTA 31 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO REQUERIDA PELA CARTA CIRCULAR Nº 2/2014 DSP DO BANCO DE PORTUGAL

Em conformidade com o definido no ponto 4 do Anexo 1 da Carta Circular nº2/2014 DSP divulgada pelo Banco de Portugal, com o título “Critérios de referência - Mensuração da imparidade da carteira de crédito e respetivas divulgações”, o Banco apresenta de seguida a informação requerida, sempre que a mesma lhe seja aplicável:

A) DETALHE DAS EXPOSIÇÕES E IMPARIDADE CONSTITUÍDA

A.1) Os valores de exposição de crédito apresentados a seguir correspondem à designada “carteira económica” do Banco. Face à carteira e imparidade reportadas em Balanço a 31.12.2016, elaboradas de acordo com as IFRS, existem diversos itens de reconciliação, dos quais destacamos a anulação de juros e penalidades após 90 dias de incumprimento.

Segmento	Exposição a 31-12-2016						Imparidade 31-12-2016		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	113 574 434	97 408 582	-	1 774 527	16 165 852	-	14 999 686	-	14 999 686
Habitação	1 025 972	956 665	-	-	69 308	-	75 365	9 567	65 799
Particulares - Carteira Sã	1 210 462 198	1 210 462 198	-	-	-	-	11 925 330	11 925 330	-
Particulares - com indícios de imparidade	171 077 768	19 920 541	-	13 465 602	151 157 227	11 097 401	98 864 556	4 356 605	94 507 952
Total	1 496 140 373	1 328 747 986	-	15 240 129	167 392 387	11 097 401	125 864 938	16 291 502	109 573 436

Segmento	Exposição a 31-12-2015						Imparidade 31-12-2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate	120 726 342	104 642 849	-	-	16 083 493	-	13 970 149	-	13 970 149
Habitação	1 149 445	1 081 003	-	-	68 442	-	76 045	10 810	65 235
Particulares - Carteira Sã	955 852 362	955 852 362	-	-	-	-	9 841 023	9 841 023	-
Particulares - com indícios de imparidade	163 002 891	23 935 811	-	18 582 595	139 067 080	12 324 790	92 982 834	7 381 433	85 601 400
Total (*)	1 240 731 040	1 085 512 025	-	18 582 595	155 219 015	12 324 790	116 870 051	17 233 266	99 636 785

A.2)

Segmento	Da Exposição Total a 31-12-2016						Da Imparidade Total a 31-12-2016				
	Exposição Total 31-12-2016	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31-12-2016	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Sem indícios	Com indícios	Sub-Total	Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90 *	Dias de atraso > 90 dias
Corporate	113 574 434	97 408 582	-	97 408 582	2 132 324	14 033 527	14 999 686	-	-	196 498	14 803 188
Construção e CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitação	1 025 972	956 665	-	956 665	-	69 308	75 365	-	-	-	75 365
Particulares - Carteira Sã	1 210 462 198	1 158 607 626	51 854 572	1 210 462 198	-	-	11 925 330	11 925 330	-	-	-
Particulares - com indícios de imparidade	171 077 768	-	19 920 541	19 920 541	33 697 650	117 459 578	98 864 556	4 356 605	-	5 911 266	88 596 685
Total	1 496 140.373	1 256 972 873	71 775 113	1 328 747 986	35 829 974	131 562 413	125 864 938	16 281 935	-	6 107 764	103 475 238

*Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente falência, liquidação do devedor, entre outros.

Segmento	Da Exposição Total a 31-12-2015						Da Imparidade Total a 31-12-2015				
	Exposição Total 31-12-2015	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade To- tal 31-12-2015	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
		Dias de atraso < 30			Dias de atraso <= 90 *	Dias de atraso > 90 dias		Dias de atraso <30	Dias de atraso entre 30-90	Dias de atraso <=90 *	Dias de atraso > 90 dias
		Sem indícios	Com indícios	Sub-Total							
Corporate	120 726 342	104 642 849	-	104 642 849	3 562 379	12 521 114	13 970 149	-	-	460 691	13 509 458
Construção e CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Habitação	1 149 445	1 081 003	-	1 081 003	-	68 442	76 045	-	-	-	76 045
Particulares - Carteira Sã	955 852 362	910 260 180	45 592 182	955 852 362	-	-	9 841 023	9 841 023	-	-	-
Particulares - com indícios de imparidade	163 002 891	-	23 935 811	23 935 811	28 801 401	110 265 679	92 982 834	7 681 433	-	6 761 947	78 539 453
Total	1 240 731 040	1 015 984 032	69 527 993	1 085 512 025	32 363 781	122 855 234	116 870 051	17 522 456	-	7 222 638	92 124 957

* Crédito com prestação de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente falência, liquidação do devedor, entre outros.

B) DETALHE DA CARTEIRA DE CRÉDITO A 31-12-2016 POR SEGMENTO E POR ANO DE PRODUÇÃO

Ano de produção	Corporate			Habitação			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2004 e anteriores	190	667 635	714 896	33	1 025 972	75 365	21 351	32 417 100	12 165 362
2005	132	501 583	467 183	-	-	-	9 179	12 956 004	5 221 543
2006	202	1 280 192	1 081 391	-	-	-	43 616	35 075 149	8 686 067
2007	289	1 951 162	1 853 606	-	-	-	44 095	41 363 546	14 700 579
2008	302	2 822 415	2 584 775	-	-	-	42 107	35 712 966	12 121 784
2009	300	1 867 014	1 588 280	-	-	-	34 496	26 740 844	7 384 371
2010	375	2 584 137	1 652 075	-	-	-	38 222	36 652 353	6 722 445
2011	491	3 295 095	1 238 565	-	-	-	40 992	46 180 614	7 115 549
2012	691	4 043 689	781 384	-	-	-	62.235	63 353 058	7 037 588
2013	1 359	9 158 843	697 082	-	-	-	74 426	79 585 943	7 353 396
2014	1 684	16 239 716	600 933	-	-	-	91 105	135 848 701	6 853 620
2015	2 243	30 040 990	1 483 014	-	-	-	149 175	292 607 453	10 926 739
2016	2 014	39 121 964	256 502	-	-	-	281 499	543 046 234	4 500 844
Total	10 272	113 574 434	14 999 686	33	1 025 972	75 365	932 498	1 381 539 967	110 789 887

C) DETALHE DO VALOR DA EXPOSIÇÃO BRUTA DE CRÉDITO E IMPARIDADE AVALIADA INDIVIDUALMENTE E COLETIVAMENTE, POR SEGMENTO, SECTOR, GEOGRAFIA

C.1 e C.2) Por segmento e por sector de atividade:

31-12-2015	Corporate		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	28 629 187	4 796 896	-	-	-	-	28 629 187	4 796 896
Colectiva	92 097 155	9 173 253	1 149 445	76 045	1 118 855 253	102 823 856	1 212 101 853	112 073 154
Total	12 0726 342	13 970 149	1 149 445	76 045	1 118 855 253	102 823 856	1 240 731 040	116 870 051

31-12-2016	Corporate		Habitação		Particulares + Carteira Sã		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação								
Individual	21 864 108	5 687 978	-	-	-	-	21 864 108	5 687 978
Colectiva	91 710 326	9 311 708	1 025 972	75 365	1 381 539 967	110 789 887	1 474 276 265	120 176 960
Total	113 574 434	14 999 686	1 025 972	75 365	1 381 539 967	110 789 887	1 496 140 373	125 864 938

C.3) Por geografia:

31-12-2015	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	28 629 187	4 796 896	28 629 187	4 796 896
Colectiva	1 212 101 853	112 073 154	1 212 101 853	112 073 154
Total	1 240 731 040	116 870 051	1 240 731 040	116 870 051

31-12-2016	Portugal		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
Avaliação				
Individual	21 864 108	5 687 978	21 864 108	5 687 978
Colectiva	1 474 276 265	120 176 960	1 474 276 265	120 176 960
Total	1 496 140 373	125 864 938	1 496 140 373	125 864 938

D) DETALHE DA CARTEIRA DE REESTRUTURADOS POR MEDIDA DE REESTRUTURAÇÃO APLICADA

Medida	2016/12								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Periodo de carência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução da taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extensão de prazo+Redução da taxa juro	3 913	15 240 129	3 866 689	2 334	11 097 401	7 039 629	6 247	26 337 530	10 906 318
Total	3 913	15 240 129	3 866 689	2 334	11 097 401	7 039 629	6 247	26 337 530	10 906 318

Medida	2015/12								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Periodo de carência	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução da taxa de juro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extensão de prazo+Redução da taxa juro	4 500	18 582 595	6 328 601	2 334	12 324 790	7 061 521	6 834	30 907 385	13 390 122
Total	4 500	18 582 595	6 328 601	2 334	12 324 790	7 061 521	6 834	30 907 385	13 390 122

E) MOVIMENTOS DE ENTRADAS E SAÍDAS NA CARTEIRA DE CRÉDITO REESTRUTURADO

	31-12-2015	31-12-2016
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	35 692 883	30 907 385
Créditos reestruturados no período	3 770 138	2 038 553
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	8 555 635	6 608 408
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	30 907 385	26 337 530

F) DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR GRAUS DE RISCO INTERNOS

31-12-2016

	GR Baixo				GR Médio							GR Elevado			
Segmento	aaa / 1	aa+ / 2	aa / 3	a / 4	bbb+ / 5	bbb / 6	bbb- / 7	bb+ / 8	bb / 9	bb- / 10	b / 11	ccc+ / 12	ccc / 13	ccc- / 14	ccc- / 15
Habitação															
Corporate	6 198 092	995 669	11 078 937	16 775 992	17 839 713	13 073 093	2 595 112	4 540 628	5 348 741	906 689	388 742	-	2 235 153	-	10 235 621
Particulares	92 532 765	162 020 251	176 034 319	106 424 236	171 568 436	161 635 569	120 654 284	114 789 235	70 772 973	34 130 090	24 482 162	477 439	21 450 476	14 771 176	109 294 704
Total	98 730 856	163 015 920	187 113 255	123 200 227	189 408 149	174 708 662	123 249 395	119 329 863	76 121 714	35 036 779	24 870 904	477 439	23 685 628	14 771 176	119 530 325

31-12-2015

	GR Baixo				GR Médio							GR Elevado			
Segmento	aaa / 1	aa+ / 2	aa / 3	a / 4	bbb+ / 5	bbb / 6	bbb- / 7	bb+ / 8	bb / 9	bb- / 10	b / 11	ccc+ / 12	ccc / 13	ccc- / 14	ccc-- / 15
Habitação															
Corporate	5 588 308	772 404	9 994 728	14 963 691	17 882 286	12 796 261	2 787 628	7 319 745	3 773 958	1 237 872	813 088	-	4 176 669	-	9 990 516
Particulares	95 476 993	126 970 631	131 142 599	89 329 222	139 956 938	123 668 817	91 693 090	84 559 781	47 279 692	24 279 461	19 185 785	148 839	19 137 168	20 571 888	105 454 349
Total	101 065 301	127.743.035	141 137 327	104 292 914	157 839 224	136 465 078	94 480 718	91 879 525	51 053 650	25 517 334	19 998 873	148 839	23 313 838	20 571 888	115 444 864

* aaa/1: Melhor Perfil; ccc--/15: Pior Perfil

** Contém carteira de crédito a particulares e empresas retail

G) DIVULGAÇÃO DOS PARÂMETROS DE RISCO ASSOCIADOS AO MODELO DE IMPARIDADE POR SEGMENTO

2016	Imparidade			
	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 - 90 dias	
Segmentos				
Corporate				
Construção e CRE				
Habitação				
Particulares	0.2%	2.8%	26.7%	59.3%

2015	Imparidade			
	PD (%)			LGD (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 - 90 dias	
Segmentos				
Corporate				
Construção e CRE				
Habitação				
Particulares	0.5%	4.7%	31.3%	69.2%

NOTA 32 - HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A sociedade de revisores oficiais de contas efetiva é “MAZARS & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.”, inscrita na OROC sob o número 51 e na CMVM sob o número 20161394, sendo representada pelo sócio Fernando Vieira, revisor oficial de contas com o número de inscrição 564.

No decorrer do exercício de 2016 e 2015 foram prestados por esta sociedade os seguintes serviços (valores sem IVA).

	31-12-2016	valores em EUR 31-12-2015 (reexpresso)
Auditoria e Revisão Oficial de Contas (inclui análise do Controlo Interno)	48 500	33 000
Análise de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo	3 000	3 000
Análise Provisões Económicas	3 000	3 000
	54 500	39 000

NOTA 33 - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA AO ÓNUS SOBRE ATIVOS CONFORME INSTRUÇÃO 28/2014 EMITIDA PELO BDP

O Banco não detém Ativos abrangidos pela instrução 28/2014, pelo que nada há a reportar relativamente às instruções 28/2014 e 29/2014 do Banco de Portugal.

NOTA 34 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO

O exercício de 2016 é o primeiro ano em que o Banco apresentou as suas demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS, tendo sido reexpressados para efeitos comparativos os exercícios de 2015 e os saldos de abertura a 1 de janeiro de 2015. Desta forma, as últimas Demonstrações Financeiras apresentadas de acordo com as NCA(s) foram as do exercício findo em 31 de dezembro 2014, sendo a data de transição para IFRS o dia 1 de janeiro de 2015.

RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO A 1 DE JANEIRO DE 2015. DATA DE TRANSIÇÃO PARA IFRS

	Notas	NCA's	Efeito da Transição	IFRS
Ativo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4	3 273	-	3 273
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	6 566 754	-	6 566 754
Aplicações em instituições de crédito	6	-	-	-
Crédito a clientes	7	978 120 961	18 415 252	996 536 213
Ativos não correntes detidos para venda	8 e 9	609 005	-	609 005
Outros ativos tangíveis	10	3 740 859	-	3 740 859
Ativos intangíveis	10	3 232 482	-	3 232 482
Ativos por impostos correntes	11	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	12	5 617 489	3 449 732	9 067 221
Outros ativos	13	18 123 647	-	18 123 647
Total do Ativo		1 016 014 470	21 864 984	1 037 879 454
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	14	802 786 001	-	802 786 001
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	3 111 757	-	3 111 757
Provisões	8	16 080 747	(6 220 064)	9 860 683
Passivos por impostos correntes	11	9 275 215	5 848 330	15 123 545
Outros passivos subordinados	16	-	-	-
Outros passivos	17	44 153 887	(7 500 000)	36 653 887
Total do Passivo		875 407 607	(7 871 734)	867 535 873
Capital Próprio				
Capital	18	45 661 800	-	45 661 800
Prémios de emissão		11 237 516	-	11 237 516
Outras reservas e resultados transitados	18	41 756 131	29 736 718	71 492 849
Resultado Líquido do Exercício		41 951 416	-	41 951 416
Total do Capital Próprio		140 606 863	29 736 718	170 343 581
Total do Passivo + Capital Próprio		1 016 014 470	21 864 984	1 037 879 454

RECONCILIAÇÃO DO BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Notas	NCA's	Efeito da Transição	IFRS
Ativo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	4	3 770 410	-	3 770 410
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	16 235 605	-	16 235 605
Aplicações em instituições de crédito	6	26 250 333	-	26 250 333
Crédito a clientes	7	1 153 633 250	7 923 465	1 161 556 715
Ativos não correntes detidos para venda	8 e 9	647 307	-	647 307
Outros ativos tangíveis	10	5 529 714	-	5 529 714
Ativos intangíveis	10	4 530 384	-	4 530 384
Ativos por impostos correntes	11	2 306 258	(2 306 258)	-
Ativos por impostos diferidos	12	7 090 742	2 533 361	9 624 103
Outros ativos	13	29 119 898	-	29 119 898
Total do Ativo		1 249 113 901	8 150 568	1 257 264 469
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	14	1 035 456 014	-	1 035 456 014
Recursos de clientes e outros empréstimos	15	2 442 995	-	2 442 995
Provisões	8	18 351 892	(3 669 005)	14 682 887
Passivos por impostos correntes	11	-	2 281 402	2 281 402
Outros passivos subordinados	16	-	-	-
Outros passivos	17	57 399 350	(12 373 102)	45 026 248
Total do Passivo		1 113 650 251	(13 760 705)	1 099 889 546
Capital Próprio				
Capital	18	45 661 800	-	45 661 800
Prémios de emissão		11 237 516	-	11 237 516
Outras reservas e resultados transitados	18	39 872 219	29 736 718	69 608 937
Resultado Líquido do Exercício		38 692 115	(7 825 446)	30 866 669
Total do Capital Próprio		135 463 650	21 911 272	157 374 922
Total do Passivo + Capital Próprio		1 249 113 901	8 150 568	1 257 264 469

RECONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	Notas	NCA's	Efeito da Transição	IFRS
Juros e rendimentos similares	19	104 818 535	(200 693)	104 617 842
Juros e encargos similares	20	(33 461 627)	-	(33 461 627)
Margem Financeira		71 356 908	(200 693)	71 156 215
Rendimentos de serviços e comissões	21	25 138 687	11 749 309	36 887 996
Encargos com serviços e comissões	22	(1 033 927)	-	(1 033 927)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	23	(8)	-	(8)
Resultados de alienação de outros ativos	24	(230 762)	232 664	1 902
Outros resultados de exploração	25	11 670 681	(9 142 682)	2 527 999
Produto Bancário		106 901 580	2 638 598	109 540 177
Custos com o pessoal	26	(18 204 988)	-	(18 204 988)
Gastos gerais administrativos	27	(28 045 264)	(4 604 098)	(32 649 362)
Depreciações e amortizações	10	(3 369 633)	504 481	(2 865 152)
Provisões e Imparidade	8	(2 377 803)	(6 708 724)	(9 086 527)
Custos Operacionais		(51 997 688)	(10 808 342)	(62 806 029)
Resultado antes de Impostos		54 903 892	(8 169 744)	46 734 148
Impostos Correntes	11	(17 685 030)	1 260 670	(16 424 360)
Impostos Diferidos	12	1 473 254	(916 372)	556 882
Resultado líquido do exercício e do rendimento integral		38 692 116	(7 825 447)	30 866 669

RECONCILIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Não existem diferenças entre as demonstrações de fluxos de caixa preparadas de acordo com as NCA's e as preparadas de acordo com as IFRS. Por este motivo não foi incluída nenhuma reconciliação de fluxos de caixa.

EXPLICAÇÃO DOS EFEITOS DE TRANSIÇÃO PARA IFRS:

IAS 39 - Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração

Através da aplicação das IFRS, a carteira de crédito do Banco passou a ser mensurada através do reconhecimento de imparidade, por substituição do método de provisionamento previamente estabelecido através do aviso 3/95 do Banco de Portugal.

O impacto desta alteração na carteira de crédito ascendeu a 7.923.465€ (18.415.252€ em 01-01-2015).

De igual forma, a rubrica de provisões no Passivo deixou de considerar as provisões para riscos gerais de crédito (16.042.106€ em 31-12-2015 e 13.720.064€ em 31-12-2014).

A alteração supra referida, teve igualmente reflexo nas rubricas de Impostos Diferidos e Correntes, que foram recalculados com base nos elementos reexpressos associados à imparidade.

Outras reexpressões

- A estimativa associada à potencial contribuição para o Fundo de Resolução (12,4M€ em 31-12-2015 e 7,5M€ em 01-01-2015) foi reclassificada para a rubrica de "Provisões" [Passivo], tendo a mesma sido deduzida dos outros passivos.

De igual forma, o reflexo em resultados de 2015 (4,9M€) foi reclassificado de “Outros Resultados de Exploração” para “Gastos Gerais Administrativos”, face à natureza da operação.

- A rubrica “Rendimentos de Serviços e Comissões” foi reexpressa [em 11,8M€] relativamente ao período de 2015, através da reclassificação de montantes que se encontravam anteriormente apresentados em “Outros resultados de exploração”.

NOTA 35 - NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

No decorrer do período de 2016 foram efetuadas alterações em determinadas normas contabilísticas, nomeadamente:

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018): A alteração desta norma está estipulada no Regulamento (UE) 2016/2067 da Comissão de 22 de novembro de 2016. A IFRS 9 substitui a IAS 39 – ‘Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração’ e introduz algumas alterações, tais como, entre outras:
 - a) A classificação e mensuração dos ativos financeiros, introduzindo uma simplificação na classificação com base no modelo de negócio definido pela gestão;
 - b) O reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber, com base no modelo de perdas estimadas em substituição do modelo de perdas incorridas;
 - c) As regras da contabilidade de cobertura, que se pretende que estejam mais alinhadas com o racional económico da cobertura de riscos definido pela Gestão.

- O Banco encontra-se a avaliar os potenciais impactos desta norma nas demonstrações financeiras.
- IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.

O Banco encontra-se a avaliar os potenciais impactos desta norma nas demonstrações financeiras.

- **IFRS 10** - “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, IFRS 12 - “Divulgação de Interesses Noutras Entidades” e IAS 28 - “Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”. Alterações reguladas no Regulamento (UE) 2016/1703 da Comissão de 22 de setembro de 2016. As alterações às normas surgem no âmbito da clarificação quanto à isenção de obrigação de consolidação, que só se aplica a uma empresa-mãe intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, clarifica que a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial é extensível a uma entidade que não é uma entidade de investimento mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma entidade de investimento.

As alterações introduzidas por esta norma não têm impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.**, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1 594 602 863 euros e um total de capital próprio de 177 195 551 euros, incluindo um resultado líquido de 41 099 028 euros), a Demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **BANCO BNP PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Transição para IFRS

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Tal como divulgado na Nota 1 das notas anexas às Demonstrações Financeiras ("Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras e comparabilidade"), por força do disposto no Aviso nº 5/2015, emitido pelo Banco de Portugal em 30 de Dezembro de 2015, o Banco adotou neste período, pela primeira vez, as <i>International Accounting Standards / International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS)</i>, tais como adotadas na União Europeia. Esta adoção das IAS/IFRS exigiu os seguintes procedimentos principais por parte do Banco: - Revisão abrangente de todas as políticas contabilísticas adotadas pela Instituição, de forma retrospectiva e alinhada com o disposto na "IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro", com enfoque especial para a revisão das políticas contabilísticas relacionadas com o reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade dos créditos concedidos a clientes, tal como definido na norma internacional "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", ao invés das regras estabelecidas pelo revogado Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal; e - Rexpressão dos comparativos das demonstrações financeiras com redefinição dos modelos e da estrutura de relato financeiro.	Em resposta a esta matéria, desenvolvemos os seguintes procedimentos de auditoria: - Revisão do diagnóstico de transição para as IAS/IFRS preparado pela Instituição com a colaboração dos seus consultores; - Revisão da correta adoção das IAS/IFRS, com especial enfoque para aquelas com impactos mais significativos, a saber: "IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro" e "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração"; - Sempre que aplicável, teste à aplicação retrospectiva das normas IAS/IFRS; - Verificação e validação da reexpressão dos comparativos; - Verificação e confirmação da correta adoção dos modelos e da estrutura de relato financeiro exigida pelas IAS/IFRS; e - Verificação e validação das obrigações de divulgação de acordo com o referencial contabilístico IAS/IFRS. Conforme divulgado na Nota 34 das notas anexas às Demonstrações Financeiras, em resultado da transição para IFRS, os comparativos que constam nas Demonstrações Financeiras de 2015 foram reexpressos, estando os impactos decorrentes desta transição devidamente divulgados nessa nota. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



Imparidade da carteira de crédito	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 2.15 das notas anexas às Demonstrações Financeiras ("Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas"), as imparidades dos créditos concedidos a clientes registadas nas demonstrações financeiras representam a melhor estimativa do Órgão de gestão quanto às perdas implícitas na sua carteira de créditos.	Em resposta a esta matéria, desenvolvemos os seguintes procedimentos de auditoria:
Estas imparidades são calculadas numa base coletiva para os créditos de natureza semelhante (mesmo segmento) e numa base individual, para créditos mais significativos (Parceiros e empresas).	• Avaliámos e testámos a conceção e eficácia operacional dos controlos instituídos no processo de quantificação das imparidades sobre a carteira de crédito. Estes controlos incluíram aqueles relacionados com a identificação dos créditos em imparidade, os níveis de tolerância, transferência de dados dos sistemas de informação para o modelo de imparidade e do modelo de imparidade para os registos contabilísticos;
O cálculo das imparidades individuais e coletivas é crítico para qualquer instituição financeira, independentemente da sua dimensão.	• Testámos os controlos-chave implementados pela Instituição no que respeita ao modelo de imparidade utilizado, nomeadamente: conceção, monitorização, validação anual e sistema de aprovações;
Nos créditos concedidos a grandes clientes, o valor das imparidades é maioritariamente calculada de forma individual. Para os créditos concedidos a pequenos clientes, o valor das imparidades é maioritariamente calculado de forma coletiva e assenta em modelos estatísticos. Os dados e pressupostos assumidos nestes modelos estatísticos estão sujeitos a juízos de valor formados pelo Órgão de gestão.	• Adicionalmente, realizámos testes substantivos ao modelo de imparidade, numa base de amostragem, com vista à revisão crítica do modelo instituído. Estes procedimentos de auditoria incluíram a avaliação dos critérios e metodologia adotados na determinação dos fatores de risco, recorrendo à extração das informações utilizadas no modelo (inputs), reexecução dos cálculos com vista à revisão dos pressupostos críticos subjacentes. Foram ainda considerados na nossa análise, os resultados do último exercício de <i>backtesting</i> realizado pela Instituição, o qual revimos em conformidade;
As imparidades individuais exigem igualmente um juízo de valor do Órgão de gestão no apuramento da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros relacionados com esses créditos.	Para as imparidades apuradas de forma individual, testámos os controlos implementados pela Instituição sobre a identificação atempada de créditos potencialmente em imparidade e para uma amostra de créditos concedidos a clientes, verificámos se o evento de perda (ponto de reconhecimento da imparidade) foi identificado em momento apropriado, analisando as projeções de <i>cash-flow</i> estimadas e utilizadas no cálculo das imparidades respetivas.
Considerando a materialidade e natureza subjetiva das imparidades de créditos concedidos a clientes, esta temática mereceu um enfoque especial no âmbito da nossa auditoria.	



Sistemas de informação relevantes para o processo de preparação e divulgação da informação financeira	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Nas Instituições financeiras, os sistemas de informação assumem um papel fundamental e crítico na gestão e controlo dos processos operacionais e financeiros, tendo em conta o volume e a natureza das operações praticadas.	A efetividade de um sistema de informação pode ser confirmada pela verificação dos controlos implementados nos processos de gestão de TI e na existência de evidências que comprovem os mesmos.
Os riscos potenciais associados às Tecnologias de Informação (TI) têm implicações a nível estratégico, financeiro, operacional, regulatório e de reputação.	Assim, os procedimentos realizados para a avaliação da efetividade dos controlos gerais de TI, considerados no âmbito dos trabalhos efetuados de suporte à auditoria financeira, foram executados recorrendo a:
Desta forma, considera-se que os sistemas de informação que suportam a gestão da informação financeira reportada são uma área de risco relevante para a Entidade, considerando que a fiabilidade e integridade dos registos contabilísticos e dos documentos de relato financeiro estão fortemente dependentes da robustez e segurança dos sistemas de informação.	• Reuniões com os principais interlocutores envolvidos nos processos de gestão de TI a fim de obter um entendimento do processo e identificar os respetivos controlos chave; • Conferência de documentação e outras evidências relevantes à confirmação do entendimento do processo e desenho dos controlos; • Testes aos controlos dos processos existentes de modo a verificar sua implementação / efetividade operacional; e • Análise das configurações técnicas dos sistemas de informação que determinam a conformidade do desenho e implementação de controlos aplicacionais e dependentes de TI.
	De forma a inferir quanto à integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação e segurança de dados, para cada sistema de informação em âmbito, analisámos a efetividade do desenho e da implementação dos controlos gerais dos principais processos de gestão de TI, nas seguintes áreas:
	• Segurança física; • Segurança lógica; • Gestão de alterações aplicacionais; • Gestão de backups e continuidade de negócio; • Operações de IT; e • Gestão de prestadores de serviços de TI.



Impostos diferidos	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 2.15 das notas anexas às Demonstrações Financeiras ("Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas"), o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos compreende a formação de juízos de valor por parte do Órgão de gestão, nomeadamente quanto (i) à geração de lucros tributáveis futuros, em montantes e momentos adequados à reversão futura das diferenças temporárias tributadas, existentes, e, (ii) às estratégias de planeamento fiscal.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram:
Atendendo à materialidade dos ativos por impostos diferidos reconhecidos pela Instituição (historicamente), juntamente com as incertezas que a sua realização comporta - geração de lucros tributáveis em montantes e momentos adequados, assim como eventuais alterações futuras na legislação fiscal, esta matéria foi considerada como relevante na nossa auditoria.	- A avaliação dos controlos sobre o reconhecimento e mensuração dos ativos por impostos diferidos e a avaliação crítica dos pressupostos utilizados na projeção dos lucros tributáveis futuros da Instituição, constantes no plano de negócios para os próximos anos, o qual nos foi facultado pela Direção Financeira; - A revisão da base de apuramento dos impostos diferidos que originou diferenças temporárias; e - A revisão da corresponde taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos, tendo em consideração a legislação em vigor e a taxa efetiva que tem vindo a ser verificada na Instituição.



Provisão prudencial associada à contribuição extraordinária para o Fundo de Resolução	
Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
Conforme divulgado na Nota 8 das notas anexas às Demonstrações Financeiras, as provisões para outros riscos e encargos, incluem uma provisão relacionada com a potencial contribuição extraordinária do Banco para o Fundo de Resolução, sobre os processos de venda do Novo Banco e de resolução do Banif.	Em resposta a esta matéria relevante, desenvolvemos os seguintes procedimentos:
O Fundo de Resolução, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A principal missão deste Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal. O financiamento do Fundo de Resolução tem sido suportado por empréstimos concedidos pelo Estado e por contribuições especiais das instituições participantes.	- Acompanhamento das informações disponíveis quanto às operações de alienação das instituições intervencionadas ou de partes de ativos destas; - Acompanhamento e revisão da atividade de cada um dos fundos de resolução; - Verificação e validação das percentagens de participação em cada um dos fundos de resolução com base em documentação emitida pelas entidades de supervisão; - Análise e revisão das atas do Órgão de gestão; e - Indagação do Órgão de gestão relativamente aos juízos de valor formados e incorporados nas demonstrações financeiras.
Por outro lado, em resultado da transposição da Diretiva da Recuperação de Resolução Bancária (Diretiva 2014/59/UE) para a legislação nacional, foi introduzido um regime de resolução comum na União Europeia que prevê a internalização das perdas decorrentes de processos de falência de instituições financeiras pelos seus acionistas e credores. O seu financiamento será suportado por contribuições obrigatórias das instituições participantes.	Conforme divulgado na Nota 8 das notas anexas às Demonstrações Financeiras, esta provisão prudencial foi objeto de registo por estimativa, com base na informação disponível à data de encerramento das contas de 2016, para fazer face à perda potencial a suportar pelo Banco BNP Paribas Personal Finance, S.A., na proporção da sua participação no Fundo de Resolução e em resultado da alienação do "Novo Banco" e da resolução do BANIF. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.
O valor de alienação das instituições intervencionadas por um destes fundos de resolução poderá determinar um excesso ou insuficiência de recursos dos fundos, com impactos patrimoniais potenciais para as instituições participantes.	
A avaliação destes impactos está dependente de informação disponibilizada por estes fundos e está, em parte, sujeita à formação de juízos de valor pelo Órgão de gestão da Instituição.	



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para



expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras



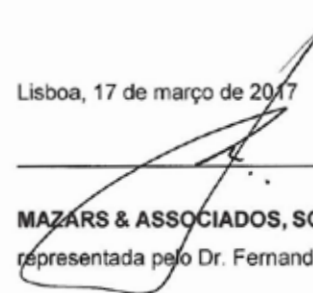
auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2008 para um mandato compreendido entre 2008 e 2010 (tríénio). Fomos nomeados/eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016 (tríénio).
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 17 de março de 2017.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 17 de março de 2017


MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas n.º 564)

RELATÓRIO E PARECER DO CONCELHO FISCAL





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido pela Assembleia Geral de 2014.03.31, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas do *BANCO BNP - PARIBAS PERSONAL FINANCE, S.A.*, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016.

O Relatório da Gestão contém exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, numa análise equilibrada e global do desempenho e dos seus resultados e da posição da Sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta (tendo em conta as categorias definidas pelo regulador, no âmbito de uma gestão pelo risco bem imbuída e praticada no Grupo), com referência aos montantes inscritos nas contas do exercício e explicações adicionais relativas a esses montantes.

A análise feita abrange tanto os aspetos financeiros como referências de desempenho não financeiras relevantes para as atividades específicas da Sociedade, incluindo questões relativas aos trabalhadores, nomeadamente a sua repartição (de género, etária, antiguidade, geográfica), a política salarial, compensações e benefícios, seleção, gestão de carreiras, recrutamento, avaliação do desempenho e formação.

Abrange, também, condições do mercado, investimento, custos e proveitos, aludindo-se a atividades de investigação e desenvolvimento ("Desenvolvimentos e projetos") descrevendo atividades previstas e projetos em curso. Inclui e assume a responsabilidade social e ambiental e a política da qualidade.

Indica, ainda, em "Perspetivas futuras" e implicitamente os fatos relevantes ocorridos após o termo do exercício, bem como faz referência à evolução previsível e apresenta uma proposta fundamentada de aplicação dos resultados.

Procurámos acompanhar a envolvente que, aliás, é bem descrita no Relatório da Gestão, quer no

1/3

HD/



geral – internacional e nacionalmente - quer no sector (e subsectores) em que a Sociedade atuou, possibilitando o mesmo a perceção dos diferentes segmentos, ainda que não se detalhe a concorrência e o preço (que é, no caso, predominantemente a taxa de juro, de que se analisa a evolução da dívida pública a longo prazo).

Com esta prestação de contas termina o mandato de 3 anos que nos confiaram, pelo que não será despendendo de todo fazer aqui uma breve síntese da evolução da Banca em Portugal nesse intervalo. Foi um período difícil e desafiante, inicialmente ainda marcado pelo ajustamento que a economia portuguesa sofreu e, depois, por uma mudança do enquadramento regulatório e de supervisão do setor, a nível europeu, com o arranque, em 2014, da União Bancária, a qual resultou - a nível parcial, já que só os maiores bancos ficaram sujeitos à supervisão direta do BCE – em regras uniformes para todos na zona euro, o que deveria permitir sã concorrência em todo o vasto mercado, havendo, porém, que considerar as diferentes situações de partida. Pressupôs-se, porém, a recuperação económica pós crise global (2007 - ...), a qual foi, no geral, lenta e tardia e foi-o de forma desigual entre os Estados-Membros.

Ao longo do período, veio-se implementando o Basileia III e, com a sua revisão, já se prepara o Basileia IV.

Do conjunto resultou uma forte alteração das regras do mercado, com a criação de novas figuras (resolução, por exemplo), um sistema desenhado de garantia de depósitos a nível europeu, novas e mais apertadas normas e formas de exercer a supervisão, novas métricas, tudo com impacto nos capitais requeridos, na gestão bancária e no desempenho do setor.

Para além disso, vêm-se desenhando novas formas de atuação dos agentes do mercado e a introdução nas suas fronteiras de novos agentes (*shadow banking*).

No enquadramento de tudo isto e das dívidas soberanas e da gestão política destas, da inflação e da economia, verificou-se uma intervenção monetária por parte do BCE que foi crescendo, a qual conduziu a uma forte alteração do preço do mercado do bem negociado (o dinheiro, este, a taxa de juro, aquele) que resultaria do livre jogo da sua oferta e da sua procura.

Por isso a inflação manteve-se baixa ao longo do período, até com receios pontuais de deflação.

Resultaram, assim, taxas de juro de referência muito baixas, com casos reiterados de taxas de juros negativas, o que impactou na gestão dos bancos, pois, por exemplo, ter dinheiro depositado

2/3

HD/



no BCE implica custos, logo a lógica da liquidez quanto basta, logo quebra dos incentivos ao aforro, mas sim de estímulos ao investimento e ao consumo.

Porém, na União Europeia e recentemente, verificou-se uma subida da inflação nominal (a subjacente continua baixa), a qual se aproximou da fasquia do BCE. Geraram-se, por isso, pressões para alteração da sua política de intervenção no mercado e, se se vier a extinguir o "quantitative easing", as taxas subirão, com consequências significativas para a economia dos países, em especial dos mais endividados. Tal cenário deve enquadrar a análise do risco.

Cresceu o ambiente de incerteza (política e económica) global, dentro – como alguém já escreveu – de uma "geopolítica gasosa", de tão volátil que se tornou. O processo de globalização entrou numa fase do seu ciclo em que enfrenta dúvidas e medidas (e ameaças delas!) que representam estagnação/retrocesso. A UE – com problemas às costas, nomeadamente e para além dos políticos e demográficos, o financeiro e o bancário – está a discutir-se a si própria, traçando cenários para o seu futuro. Na Banca europeia, a nível global e desde 2008, o nível de custo do capital próprio é superior à correspondente rentabilidade, estando-se, por isso, a "destruir valor". Por sua vez, o crescendo regulamentar europeu e os consequentemente elevados custos de *compliance & reporting*, contrastam com a anunciada desregulamentação noutras geografias, ou seja, há regras diferentes no mercado global a distorcerem a concorrência.

A incerteza gera risco e o investidor quererá um prémio de risco a condizer; na banca, o seu risco ainda foi acrescido pela nova regulamentação europeia, nomeadamente pela figura de resolução (risco direto, pois a mesma afasta/adia falências, fazendo saltar os acionistas, e indireto, pois qualquer banco no mercado enfrenta o risco dos demais, do sistema no seu todo).

Como já dizia o saudoso Ernâni Lopes, a Banca tornou-se *marketing*, informática e confiança. Confiança que, em Portugal, foi afetada pelos vários casos bancários, nomeadamente pelo 1º caso de resolução a nível europeu dentro das novas regras. Casos que originaram algum reforço da concentração do setor dentro do patamar em que se ficou em 2000, bem como alteração acionista de algumas instituições, com o reforço/entrada de capitais estrangeiros. Entre 2013 e 2016, o ativo total da Banca reduziu-se 12,0%, a carteira de crédito caiu 13,5%, mas, por força dos novos requisitos, os capitais próprios subiram 6,25% e o rácio de transformação – o qual tinha subido sustentadamente até 160%, por volta de 2010 – caiu para 102,5% (base: dados APB, dez./2013; jun./2016, últimos dados disponíveis). Os resultados antes de impostos passaram de M€ -3.586 em 2013 para M€ +961 em 2015, ou seja, foi um período de má/fraca rentabilidade, para o que contribuiu o peso dos NPL, pelas suas imparidades e pela não geração de rédito.

3/8



Assistiram-se a esforços de reestruturação, com redução das redes físicas e do pessoal (o *cost to income* passou de 71,9% para 60,4% e o ROE de -0,8% para +3,0%, mas baixando em 2016: 1,3% em setº). Apesar dos evidentes números sobre o estado do setor, este continua sujeito (desde 2011) a contribuição *extraordinária*!

Note-se a atitude do Grupo que – sob o lema "*la banque d'un monde qui change*" – quer responder proativamente aos desafios das transformações na sociedade e na economia, as quais se refletem no mercado bancário e nas necessidades dos clientes (atuais e futuros, uma vez que o seu perfil está em evolução, havendo que contar com os valores das novas gerações), com os meios tecnologicamente disponíveis, num mundo cada vez mais digital. Localmente o mesmo se tem vindo a fazer, com aposta no digital, aperfeiçoamento do *software* (por vezes em cooperação/partilha com o Grupo), novos produtos e novos canais, realçando-se aqui a escolha de Portugal como país-piloto para o *compliance* do BC (R.G., 3.4). Porém e para tal, há que cuidar dos recursos de IT, os quais, apesar dos investimentos e dos esforços e progressos feitos, têm limitado a atempada resposta aos desafios postos, mas que tem que garantir um nível de segurança elevado dos sistemas e das operações.

O Grupo desde 2014 que reforçou o *Compliance*, seguindo as práticas e as normas mais exigentes na matéria. Ainda que as previsões atuais adivinhem ventos a favor da desregulamentação para o outro lado do Atlântico, é sua convicção que se quem quiser disso aproveitar pode daí tirar partido no curto prazo, mas a longo prazo ressentir-se-á e a estratégia correta é a que adotou, a de plena responsabilidade social e ambiental, assente em 4 pilares que se declinam em 12 compromissos.

Neste ano de 2016 e por força do Aviso 5/2015, de 30 de dezembro, do BdP, alterou-se o referencial contabilístico, o qual passou a ser as chamadas NIRF/EU. Os montantes anteriormente reportados tiveram que ser "reexpressos", aparecendo estes agora como comparativo. Tal é abundantemente referido, nomeadamente nas Notas 1 e 34. Isso tem que ser tido em conta na apreciação do desempenho da Instituição. Assim e por exemplo, o total reportado do Ativo de 2015 é inferior em 2,1% ao "reexpresso", o Capital Próprio alterou-se significativamente de K€140.606 para K€170.343 (+21,1%) e o "resultado do exercício" de 2015 reduziu-se em 20,2% para se chegar ao agora chamado "resultado após impostos" do mesmo período. Ou seja, se a realidade foi a mesma, conforme os critérios usados dela se obtêm medidas diferentes.

Também houve substanciais mudanças na auditoria/revisão das contas na sequência de

4/8



Regulamento e Diretiva comunitários, os quais integram as Leis nºs 140/2015 e 148/2015, de 7 e 9 de setembro respetivamente. Daí resultou ainda um mais estreito contacto entre este Conselho e o órgão social R.O.C. e daí resultou uma Certificação Legal das Contas que, continuando a não ser modificada (dita "limpa"), é agora muito mais extensa e descreve, nomeadamente, as matérias relevantes de auditoria e como foram tratadas.

O crédito ao consumo se bem praticado e gerido com ética é amenizador de dificuldades, é fator de empreendedorismo e, até, de subsistência social. Se se abusar na quantidade ou no preço, estará em causa o risco de reputação (do agente que o fizer, mas pode tomar-se a ovelha pelo rebanho...). Hoje, é regulamentado e fiscalizado, com balas e praticas bem definidas e autoridades atentas. Aproximar-se excessivamente dos limites, tem riscos políticos e regulamentares. Socialmente poderá haver reação, como em épocas anteriores; lembre-se, como mero exemplo, os séculos XIV/XV, D. Michael Northburg, bispo de Londres e o franciscano Michele Carcano e o movimento dos *Monti di Pietà*.

O excesso de crédito pode levar ao sufocante sobre-endividamento: nas pessoas, nas famílias, nas entidades, nos países. Portugal conheceu uma experiência que melhor será não repetir.

Porém, quanto ao Grupo e a esta Instituição em particular, há a cultura grupal de "crédito responsável" dentro da "responsabilidade económica, social, cívica e ambiental" (R.G., 3.5), que a análise ponderada dos pedidos de crédito, sua viabilidade/risco e relativamente baixa taxa da sua aceitação é prova de cuidado e bom senso. A longevidade da Instituição em Portugal também o é, assim como os resultados dos inquéritos de satisfação feitos. Relembre-se – e é sempre de lembrar e por isso aqui o fazemos – o que está escrito como nossa missão: "ajudar os clientes a realizar os seus projetos", "preservar o seu futuro" e "ser o seu conselheiro permanente, mantendo uma relação de fidelidade". E como nossos valores: "responsabilidade, rigor, transparência", "inovação, consideração, proximidade".

Dentro da política de responsabilidade económica e social, publica-se "O Observador CETELEM" – com 3 edições em 2016 de tal forma interessantes que foram citadas pelos *media* – fazem-se esforços para melhorar a literacia, nomeadamente a financeira, de que é exemplo o *content marketing* www.notasemdia.pt, sítio certificado pela ACEPI e que inclui um *check-up* financeiro.

O exercício em apreço apresenta excelentes indicadores de desempenho, nomeadamente quanto a resultados (em valor; ROA; ROE) ainda melhores do que o "reexpresso" do período anterior. A produção aumentou (+39,4%; acima do mercado ASFAC e, portanto, com ganho de quota, a qual



passou de 13,4% para 14,5%; o valor médio por contrato passou de K€2,5, para K€3,4 e é medida do grau de dispersão do risco de crédito) e a carteira de crédito também (22,8% em termos líquidos; Nota 7; com um contrato médio que passou de cerca de K€1,45 para K€1,57). A forma de *funding* manteve-se, vantagem competitiva face aos agentes de matriz nacional.

O montante do "resultado do rendimento integral" é o mesmo do líquido do exercício" (após impostos) e subiu 33.15% em relação ao "reexpresso" de 2015.

Oportunamente, emitiu este Conselho o seu Parecer sobre o Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, bem como o seu Parecer sobre o Relato da Administração sobre o Sistema de Controlo Interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e procurou sempre acompanhar as observações feitas pelo Banco de Portugal. Emitiu ainda Parecer sobre "Política de Compensações & Benefícios".

O Conselho diligenciou supervisionar a Administração da Sociedade e os seus Serviços, bem como a Revisão das Contas, nomeadamente aos documentos de prestação de contas. Quanto a esta, foi-nos entregue pela Sociedade titular do órgão "R.O.C." atempada declaração de independência e reunimos periodicamente com o seu representante e, no final dos trabalhos, recebemos o "Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização" e a "Certificação Legal das Contas", documentos que discutimos e aprofundámos e que mereceram a nossa inteira concordância. Desta constam – agora e de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, pela 1ª vez aqui aplicadas – as matérias relevantes de auditoria, cuja pertinência se justifica plenamente e achámos adequadas quer a sua abordagem, quer a respetiva resposta de auditoria. A propósito da apreciação do RCI e do RPBC/FT, oportuna e aprofundadamente discutimos o controlo interno da Instituição. Assegurámo-nos de que a mesma Sociedade não prestou serviços adicionais, nem recebeu outros honorários (v. nota 32) e as partes não identificaram ameaças à respetiva independência.

Além disso, reunimos regularmente com a Administração, analisámos atas e acompanhámos periodicamente as contas intercalares e demais instrumentos de gestão, procedemos ao estudo de leis, normas, regulamentos e documentos internos, efetuámos observações e fizemos indagações com proveitosos debates, junto de quadros de topo e intermédios, relevantes para a nossa missão, nomeadamente com base nos Relatórios periódicos que os seus Departamentos emitem e que sintetizam as ações realizadas e os resultados alcançados. Conferimos o cumprimento das principais obrigações legais externas, nomeadamente para com o regulador.



Dentro dessas diligências conferimos algum relevo ao Serviço de Provedor do Cliente na medida em que, através dele, se tem um *feedback* externo das atividades internas e, assim, é uma medida indireta do estado das relações com a clientela e da reputação da Instituição.

Registou-se as alterações havidas nos órgãos sociais (três saídas e três entradas no Conselho de Administração).

No final dos trabalhos, o Conselho verificou os documentos de prestação de contas, assim como as políticas contabilísticas (explicitadas na nota 2 das Notas e que não conheceram alterações voluntárias) e tem vindo a acompanhar o processo de preparação e de divulgação da informação financeira, com vista, nomeadamente, à vossa apreciação e deliberação.

Durante o exercício não tomámos conhecimento de irregularidades ou inexatidões que devamos levar ao vosso conhecimento, tendo-nos sido prestados todos os esclarecimentos de que necessitámos; pelo apoio que recebemos no desempenho das nossas funções, a todos aqui expressamos os nossos agradecimentos.

A Nota 18 discrimina os atuais 5 acionistas e por ela se infere que não existem ações próprias, nem transações com as mesmas, como é declarado, aliás, no Relatório de Gestão, o qual atesta, também que não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores. Não se praticaram operações de cobertura. A Sociedade tem instalações em Lisboa e em Gaia, conforme é referido os "Aspetos gerais" introdutórios às Notas.

A proposta de aplicação de resultados incluída no Relatório de Gestão está fundamentada e cumpre as disposições legais pertinentes. Apesar da adoção das IFRS, não estão incluídos nos resultados incrementos da aplicação do justo valor, pelo que os mesmos são distribuíveis.

Tendo-nos sido presentes os documentos de prestação de contas, que satisfazem as disposições legais e estatutárias, e contêm a proposta de aplicação de resultados e atendendo à citada "Certificação Legal das Contas" e às suas conclusões, envolvendo, dentro do âmbito aí referido, a verificação da concordância da informação financeira constante no relatório de gestão com as demonstrações financeiras e exprimindo a opinião de que essas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira em 2016.12.31, o resultado das operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data e as alterações nos capitais próprios, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia,



Somos de parecer que:

- Merecem aprovação o "Relatório da Gestão", o "Balanço", as Demonstrações: "do Rendimento Integral", "dos Fluxos de Caixa", de "Alterações nos Capitais Próprios" e as correspondentes "Notas";
- Merece aprovação a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração;

e propomos:

- Votos de confiança no Conselho de Administração – em todos e em cada um dos seus membros – e no Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 455º do C.S.C.

Lisboa, 7 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Domingues Ferraz, Presidente

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão

Hubert Delachaux

Rua Galileu Galilei, nº2, Loja 2G | Torre Ocidente | Centro Colombo | 1500-392 Lisboa

Capital Social 45 661 800,00€ | CRC de Lisboa e NIPC 503016160

cetelem.pt

